

Relatório de Desempenho 2021

Banco do Estado de Sergipe S/A | Rua Olímpio de Souza Campos Júnior, 31 - Bairro Inácio Barbosa CEP 49040-840 - Aracaju - Sergipe

Pode
Contar



Banese

BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A. – BANESE RELATÓRIO DE RESULTADOS DO 4T2021 E DE 2021

Para Divulgação Imediata: Aracaju, 25 de fevereiro de 2022. O Banco do Estado de Sergipe S.A. – BANESE (“Banese” ou “Banco”), Sociedade Anônima de capital misto, com ações transacionadas na B3 sob os códigos BGP3 (Ações Ordinárias Nominativas) e BGP4 (Ações Preferenciais Nominativas) e listadas no índice ITAG (Índice de Ações com Tag Along Diferenciado), anuncia seus resultados para o 4T2021 e o ano de 2021. Informações adicionais podem ser encontradas no site de relações com investidores do Banese, no endereço <https://ri.banese.com.br/>.

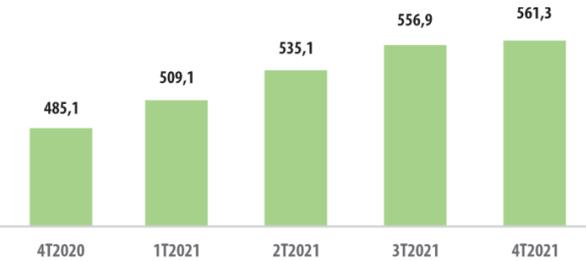
BANESA REGISTRA LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 83,7 MI ATIVOS DE CRÉDITO E VOLUME CAPTADO SEGUEM CRESCENTES

Destques do 4T2021

Todas as comparações nessa seção referem-se ao 4T2020 (12M)

- Patrimônio Líquido de R\$ 561,3 bilhões (+15,7%);
- Ativos totais totalizaram R\$ 7,3 bilhões (+7,2%);
- Operações de Crédito cresceram R\$ 537,5 milhões (+19,2%);
- Captações Totais atingiram R\$ 6,4 bilhões (+8,4%);
- Índice de cobertura de despesa administrativa 31,8% (+7,8 pp.).

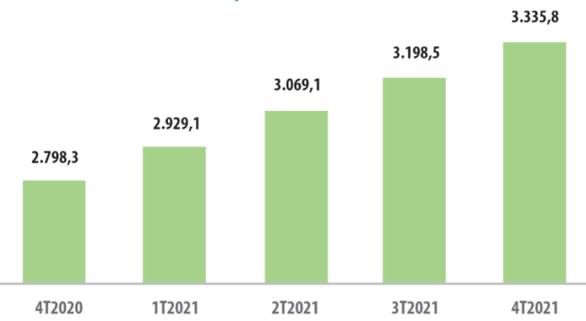
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ Milhões



Todas as comparações nessa seção referem-se ao 3T2021 (3M)

- Operações de Crédito totalizaram R\$ 3,3 bilhões (+4,3%);
- Receitas Totais com incremento de R\$ 22,6 milhões (+8,7%);
- Ativos líquidos de crédito registraram R\$ 3,2 bilhões (+3,9%);
- Despesa de Provisão (PCLD) apresentou redução de 7,5%.

OPERÇÕES DE CRÉDITO - R\$ Milhões



Contato de Relações com Investidores
Alésio de Oliveira Rezende
Diretor Executivo
+55 (79) 3218-1201
ri@banese.com.br

Itens Patrimoniais - R\$ milhões	4T2021	4T2020	V12M	4T2021	3T2021	V3M
Ativos Totais	7.319,5	6.825,2	▲ +7,2%	7.319,5	7.364,9	▼ -0,6%
Operações de Crédito	3.335,8	2.798,3	▲ +19,2%	3.335,8	3.198,5	▲ +4,3%
Aplicações Financeiras (1)	3.328,7	3.342,3	▼ -0,4%	3.328,7	3.439,5	▼ -3,2%
Captações Totais	6.448,7	5.948,0	▲ +8,4%	6.448,7	6.422,9	▲ +0,4%
Patrimônio Líquido	561,3	485,1	▲ +15,7%	561,3	556,9	▲ +0,8%

Itens de Resultado - R\$ milhões	2021	2020	V12M	4T2021	3T2021	V3M
Receitas Totais	1.000,0	940,9	▲ +6,3%	284,7	261,1	▲ +9,0%
Resultado Bruto Interm. Financeira	427,1	454,4	▼ -6,0%	96,9	106,7	▼ -9,2%
Resultado Operacional (2)	150,2	73,3	▲ +104,9%	28,2	35,9	▼ -21,4%
Margem Financeira (3)	499,0	504,9	▼ -1,2%	125,3	129,2	▼ -3,0%
EBITDA (4)	152,4	77,6	▲ +96,4%	31,3	36,3	▼ -13,8%
Lucro Líquido	83,7	48,9	▲ +71,2%	11,1	21,8	▼ -49,1%
Receita Líquida de Juros (NIM) (5)	468,8	446,6	▲ +4,5%	121,4	120,9	▲ +0,4%
Receita de Serviços	129,1	132,7	▼ -2,7%	22,5	34,6	▼ -6,1%
Despesas com Provisões (PCLD)	147,5	140,8	▲ +4,8%	41,9	45,3	▼ -7,5%
Despesas Administrativas	368,3	394,5	▼ -6,6%	102,1	92,6	▲ +10,3%
Margem Líquida (6)	8,3%	5,2%	▲ +3,1 pp.	3,9%	8,3%	▼ -4,5 pp.
Margem EBITDA (7)	15,2%	8,2%	▲ +7,0 pp.	11,0%	13,9%	▼ -2,9 pp.

Índices e Medidas de Eficiência (%)	2021	2020	V12M	4T2021	3T2021	V3M
Inadimplência (% da carteira)	1,21%	1,44%	▼ -0,23 pp.	1,21%	1,07%	▲ +0,14 pp.
Índice de Basileia	13,15%	11,18%	▲ +1,97 pp.	13,15%	13,35%	▼ -0,20 pp.
Margem Líquida de Juros (NIM) (8)	6,9%	7,2%	▼ -0,3 pp.	1,8%	1,8%	ND
Rentabilidade s/ Ativos (ROAA) (9)	1,2%	0,8%	▲ +0,4 pp.	1,2%	1,3%	▼ -0,1 pp.
Rentabilidade s/ Patrim. Líq. (ROE) (10)	15,7%	10,3%	▲ +5,4 pp.	15,7%	18,4%	▼ -2,7 pp.
Índice de Eficiência (11)	66,2%	67,2%	▼ -1,0 pp.	78,9%	65,5%	▲ +13,4 pp.
Índice de Provisãoamento	4,1%	3,9%	▲ +0,2 pp.	4,1%	3,7%	▲ +0,4 pp.
Índice de Cobertura Adm. (12)	35,0%	33,6%	▲ +1,4 pp.	31,8%	37,3%	▼ -5,5 pp.
Índice de Cobertura Folha (13)	74,0%	57,3%	▲ +16,3 pp.	70,3%	75,8%	▼ -5,5 pp.

(1) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários + Créditos Vinculados Remunerados

(2) Receita Operacional - Despesa Operacional (não considera receitas e despesas não operacionais).

(3) Resultado Bruto da Intermediação Financeira + Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.

(4) Resultado Operacional - Equivalência Patrimonial + Depreciação/Amortização.

(5) Receita de juros (operações de crédito + aplicações financeiras) - Despesa de juros (captação, TVM, empréstimos e participações).

(6) Lucro Líquido / Receita Total.

(7) EBITDA / Receita Total.

(8) Receita de Juros Líquida / Saldo médio dos ativos geradores de receitas (op. crédito + aplicações interfinanceiras + TVM + relações interfinanceiras).

(9) Lucro Líquido sobre Ativo Total Médio (taxa anualizada).

(10) Lucro Líquido sobre Patrimônio Líquido Médio (taxa anualizada).

(11) Despesas Administrativas / (Resultado Bruto de Intermediação Financeira + Receita de Serviços) *.

(12) Receita de Serviços / Despesas Administrativas.

(13) Receita de Serviços / Custos diretos e indiretos de Folha.

Este relatório pode conter informações sobre eventos futuros. Tais informações refletem expectativas da administração que podem não se tornar reais por motivos intrínsecos ou extrínsecos à Companhia. Palavras como "acredita", "antecipa", "deseja", "prevê", "espera" e similares, pretendem identificar expectativas que necessariamente envolvem riscos futuros, conhecidas ou não.

Riscos conhecidos incluem incertezas e não são limitados ao impacto da competitividade de preços e serviços, aceitação de serviços no mercado, mercado competitivo, aspectos macroeconômicos internos ou sistêmicos, ambiente regulamentar e legal, flutuações de moedas, inflação e taxas de juros, riscos políticos e outros riscos, descritos em materiais publicados anteriormente pelo Banese.

Este relatório está atualizado até a data de sua publicação e o Banese não pode ser responsabilizado por eventos posteriores, não previstos ou mencionados neste relatório.

*Alteração de metodologia no 2T2021.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O crescimento da economia global desacelerou consideravelmente no final do ano de 2021, principalmente na China, Estados Unidos e União Europeia, reduzindo os efeitos dos estímulos monetários e fiscais para o aumento dos gastos do consumidor e atração de investimento. A previsão do crescimento econômico mundial para 2021 reduziu para 5,9%, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), e a recuperação em 2022 corre risco diante das sucessivas pressões inflacionárias em muitos países.

Já no Brasil, o ano de 2021 foi marcado por uma forte recuperação da atividade econômica no primeiro trimestre, porém prosseguiu de forma heterogênea e lenta no decorrer do ano, devido à parcial melhora das condições sanitárias e à aceleração da trajetória crescente da inflação, o que reduziu as perspectivas de crescimento. A indústria ainda sofre com a escassez de matéria-prima, com gradativa normalização dos estoques. O setor de serviços apresentou desaceleração, principalmente nos serviços prestados às famílias, causado pelo alto nível de desemprego e inflação. A projeção do Produto Interno Bruto (PIB) Brasil para 2021 reduziu ao patamar de 4,5% e a inflação acumulada no ano foi de 10,06%. E com o objetivo de controlar a inflação, a taxa básica de juros – SELIC alcançou o percentual de 9,25% em dezembro de 2021. É certo que o ano de 2022 ainda será desafiador, tanto do ponto de vista econômico, como também social e político.

O Banese obteve um Lucro Líquido de R\$ 83,7 milhões no acumulado deste ano, o que corresponde a um crescimento de 71,2% quando comparado ao mesmo período de 2020, resultado que é reflexo do comportamento dos negócios, com expansão da carteira de crédito, captações mantendo ritmo de crescimento, e da recuperação de créditos baixados em prejuízo. Diante do cenário de lenta retomada da atividade econômica e do quadro inflacionário, os resultados obtidos pela Companhia são considerados positivos e acima das expectativas projetadas, a exemplo do Lucro Líquido, da Carteira de Crédito e do Patrimônio Líquido.

Em 2021 o Banco continuou reforçando o estímulo à utilização dos canais digitais e a obrigatoriedade de observação aos protocolos sanitários durante o atendimento em suas unidades de negócio, como forma de enfrentamento à Covid-19 e manutenção de cuidados com seus clientes e empregados. Dirigimos um especial reconhecimento aos nossos colaboradores, comprometidos com a expansão dos nossos negócios, cuja dedicação e esforço resultaram no bom desempenho alcançado pelo Banco no ano 2021. Agradecemos aos nossos clientes e acionistas pela confiança em nós depositada.

ANÁLISE DAS OPERAÇÕES

Ativos

	Total de Ativos por Tipo – R\$ milhões				
	4T2021	4T2020	V12M	3T2021	V3M
Ativos de Crédito	3.335,8	2.798,3	▲ +19,2%	3.198,5	▲ +4,3%
(-) Provisões	-135,7	-109,7	▲ +23,7%	-119,5	▲ +13,6%
Ativos Líquidos de Crédito	3.200,1	2.688,6	▲ +19,0%	3.079,0	▲ +3,9%
Aplicações Financeiras	2.959,7	2.990,3	▼ -1,0%	3.072,1	▼ -3,7%
Créditos Vinculados	471,6	425,1	▲ +10,9%	453,8	▲ +3,9%
Permanente	177,6	177,2	▲ +0,2%	182,4	▼ -2,6%
Outros	510,5	544,0	▼ -6,2%	577,6	▼ -11,6%
Total	7.319,5	6.825,2	▲ +7,2%	7.364,9	▼ -0,6%

Os ativos totais do Banese ultrapassaram a marca dos R\$ 7,3 bilhões ao final do 4T2021, com crescimento de 7,2% em 12 meses, onde destaca-se o crescimento no saldo dos ativos líquidos investidos em crédito, com variação positiva de 19,0% em 12M (R\$ +\$511,5 milhões) e de 3,9% em 3M (R\$ +121,1 milhões) e registrando uma carteira de R\$ 3,2 bilhões ao final do exercício. O volume de provisionamento apresentou expansão em 12 meses em decorrência do crescimento da carteira e da piora de ratings de operações de crédito. No trimestre o incremento das provisões foi ocasionado basicamente pelo crescimento das carteiras Comercial, Financiamentos e Títulos e Créditos a Receber (relacionados a cartões de crédito), além da migração de níveis de risco de operações vinculadas à carteira comercial.

No encerramento do 4T2021, os ativos líquidos de crédito representaram 43,7% do ativo total e as aplicações financeiras participaram com 40,4%. Comparado ao trimestre anterior, os ativos líquidos de crédito cresceram sua participação relativa em 1,9 pp. e as aplicações financeiras reduziram em 1,3 pp.. Em 12 meses cresceram sua participação em 4,3 pp., enquanto as aplicações financeiras reduziram em 3,4 pp.

Em relação aos créditos vinculados, a variação observada em 12 meses (R\$ +46,5 milhões) é decorrente do aumento do saldo do exigível sobre depósitos a vista no período; no trimestre (R\$ +17,8 milhões), a variação observada está relacionada ao crescimento dos créditos vinculados ao Pix – Pagamentos Instantâneos, onde no período houve uma maior demanda e necessidade de recursos. O Ativo Permanente apresentou leve variação positiva em 12 meses (R\$ +0,4 milhão) e registrou uma redução de R\$ -4,8 milhões no trimestre, atribuídas, principalmente, à incorporação de resultados da SEAC – Sergipe Administradora de Cartões S.A., empresa pertencente ao conglomerado Banese.

Captações

	CAPTAÇÃO POR LINHA DE PRODUTOS - R\$ MILHÕES				
	4T2021	4T2020	V12M	3T2021	V3M
Depósitos à Vista	1.158,4	1.047,0	▲ +10,6%	1.117,7	▲ +3,6%
Poupança	1.937,9	1.879,4	▲ +3,1%	1.915,9	▲ +1,1%
Depósitos Judiciais	1.287,3	1.088,5	▲ +18,3%	1.241,4	▲ +3,7%
CDB/RDB	1.568,3	1.463,8	▲ +7,1%	1.659,8	▼ -5,5%
CDI/DPGE	152,0	139,9	▲ +8,6%	150,1	▲ +1,3%
LF/LFS/LCI	186,8	191,0	▼ -2,2%	180,3	▲ +3,6%
Compromissadas	13,0	7,8	▲ +66,7%	8,6	▲ +51,2%
Obrigações de Repasses	145,0	130,3	▲ +11,3%	149,1	▼ -2,7%
Total	6.448,7	5.947,7	▲ +8,4%	6.422,9	▲ +0,4%

Apesar do aumento do volume de recursos captados alcançou R\$ 6,4 bilhões, um acréscimo de 8,4% em 12M, reflexo, principalmente, do crescimento dos depósitos judiciais com remuneração (R\$ +198,8 milhões), depósitos à vista (R\$ +111,4 milhões) e a prazo (R\$ +104,5 milhões). Em 3M o total de recursos captados apresentou elevação de 0,4% (R\$ +25,8 milhões), também resultante do crescimento dos depósitos judiciais com remuneração (R\$ +45,9 milhões), depósitos à vista (R\$ +40,7 milhões) e poupança (R\$ +22,0 milhões), porém com retração nos depósitos a prazo (R\$ -91,5 milhões) e em Operações por Repasses (R\$ -4,1 milhões).

O volume das captações em depósitos interfinanceiros (CDI) apresentou crescimento de 8,6% nos últimos 12 meses (R\$ +12,1 milhões), em decorrência das captações que são reciprocidade das aplicações em depósitos interfinanceiros vinculados ao crédito imobiliário; e de 1,3% quando comparado ao último trimestre, em decorrência da rentabilização da carteira.

O saldo das captações em Letras Financeiras Subordinadas apresentou crescimento de 16,3% em 12M (R\$ +17,7 milhões) e de 4,5% no último trimestre (R\$ +5,4 milhões), ambos resultantes da remuneração do estoque. As Letras Financeiras apresentaram redução de 36,5% em 12M, decorrente de vencimentos não renovados, e elevação de 1,9% em 3M, resultante da remuneração do estoque. As captações em Letras de Crédito Imobiliário apresentaram decréscimo de 11,6% em 12M, reflexo de vencimentos não renovados, e crescimento de 1,8% no trimestre, resultado da rentabilização da carteira.

Evolução dos Depósitos a Prazo (CDB/RDB)

Os depósitos a prazo atingiram R\$ 1,6 bilhão em dezembro de 2021, apresentando crescimento de 7,1% (R\$ +104,5 milhões) em 12 meses e um recuo de -5,5% (R\$ -91,5 milhões) no trimestre, ambos períodos foram impactados, principalmente, pelas captações de governo.

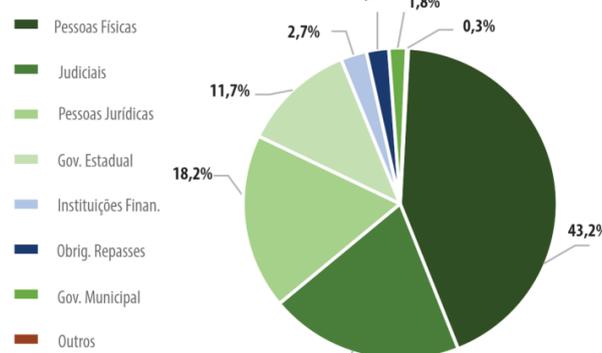
A estrutura das captações é diversificada, o que contribui para manter níveis confortáveis de liquidez, bem como para dar suporte à retomada das concessões de crédito num cenário de recuperação da economia.

DEPÓSITO A PRAZO - R\$ milhões



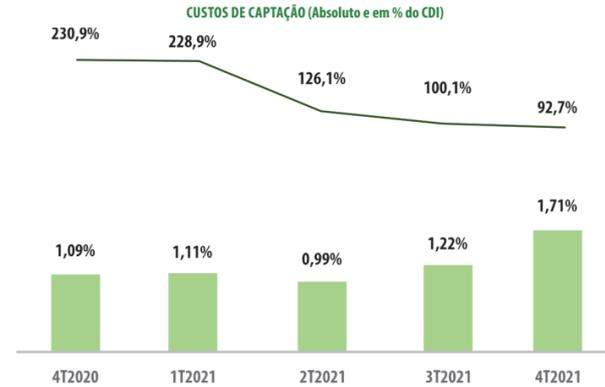
Maiores Fontes de Captação (% do total)

A maior fonte de captação de recursos do Banese é de pessoas físicas, representando 43,2% do volume captado. Os depósitos judiciais representam 20,0% do total do volume captado pelo Banese. As pessoas jurídicas respondem por 18,2% das captações. A dispersão da captação entre pessoas físicas e jurídicas mitiga riscos de liquidez.



Custos de Captação (Absoluto e em % do CDI)

O custo da captação remunerada apresentou crescimento absoluto de 0,49 pp. e 0,62 pp. em 3M e 12M, respectivamente, em decorrência do aumento da taxa SELIC, que remunera a maior parte da captação pós-fixada, e do aumento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, que remunera o maior volume captado em Letra Financeira Subordinada – LFS. Em termos de CDI, a redução observada no trimestre e em 12 meses decorre do aumento da taxa SELIC, mesmo com o aumento do custo absoluto das captações que possuem indexação prefixada e inflação, como as dívidas subordinadas.



Crédito

CARTEIRA DE CRÉDITO POR TIPO – R\$ MILHÕES

	4T2021	4T2020	V12M	3T2021	V3M
Carteira Comercial	2.359,3	1.914,3	▲ +23,2%	2.259,7	▲ +4,4%
Para Pessoas Físicas	1.805,3	1.476,8	▲ +22,2%	1.718,3	▲ +5,1%
Para Pessoas Jurídicas	554,0	437,5	▲ +26,6%	541,4	▲ +2,3%
Carteira de Desenvolvimento	707,1	628,8	▲ +12,5%	690,0	▲ +2,5%
Para Pessoas Físicas	570,6	490,3	▲ +16,4%	554,8	▲ +2,8%
Para Pessoas Jurídicas	136,5	138,5	▼ -1,4%	135,2	▲ +1,0%
Títulos e Créditos a Receber	269,4	255,2	▲ +5,6%	248,8	▲ +8,3%
Total	3.335,8	2.798,3	▲ +19,2%	3.198,5	▲ +4,3%

(*) modalidade de crédito de livre destinação

A carteira de crédito do Banese alcançou R\$ 3,3 bilhões de ativos, registrando um crescimento de 4,3% comparado ao último trimestre e de 19,2% na comparação anual. Na sua composição, R\$ 2,4 bilhões correspondem à carteira de crédito comercial, a qual cresceu 4,4% no último trimestre e 23,2% em 12 meses

A rentabilidade acumulada da carteira no 4T2021 foi de 109,3% do CDI, inferior à de 109,5% do CDI no 3T2021, decorrente da marcação a mercado (MtM) da carteira própria de Letras Financeiras do Tesouro (LFT), e superior à rentabilidade de 97,7% do CDI registrada no 4T2020, decorrente das aplicações em crédito privado com melhor remuneração, além do motivo supracitado. Em dezembro de 2021 foi registrada leve redução na MtM das LFT's, movimento que cessou a dinâmica de alta observada desde o final de maio do mesmo ano, quando houve melhora da precificação no mercado secundário decorrente da escalada de elevação da taxa básica de juros da economia. Apesar do impacto negativo ao final do exercício, a MtM resultou em fechamento positivo, ao contrário do registrado no ano anterior. Há perspectiva de continuidade de altas da Taxa Selic, no curto prazo, em virtude do cenário inflacionário.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Receitas

Abertura das Receitas – R\$ milhões						
	2021	2020	V12M	4T2021	3T2021	V3M
Receitas de Crédito	548,9	512,8	▲ +7,1%	150,9	140,4	▲ +7,5%
Receitas de Aplicações Financeiras	139,1	68,8	▲ +102,2%	57,8	40,7	▲ +42,0%
Receitas de Prestação de Serviços	128,9	132,5	▼ -2,7%	32,4	34,5	▼ -6,1%
Receitas de Participações	9,1	8,9	▲ +2,2%	0,02	1,5	▼ -98,7%
Outras Receitas Operacionais	172,4	217,6	▼ -20,8%	42,2	43,9	▼ -3,9%
Receitas Não Operacionais	1,6	0,3	▲ +433,3%	1,4	0,1	▲ +1300,0%
Total	1.000,0	940,9	▲ +6,3%	284,7	261,1	▲ +9,0%

As receitas do Banese totalizaram R\$ 1.000,0 milhões em 2021, 6,3% acima das receitas totais de 2020. As maiores variações observadas ocorreram nas receitas de aplicações financeiras (R\$ +70,3 milhões), consequente, sobretudo, do aumento da taxa básica de juros no país, combinado com a alocação em ativos com melhor remuneração; e nas receitas de crédito, crescimento na ordem de R\$ 36,2 milhões, diretamente influenciado pelo aumento da carteira. As outras receitas operacionais apresentaram redução nas rendas de créditos vinculados ao SFH (R\$ -41,3 milhões), cabendo observar que em 2020 foram registradas receitas relativas a processo do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, transitado em julgado em favor do Banese. Variação positiva de R\$ 1,3 milhão em receitas não operacionais decorrente de ganhos de capital. No 4T2021 as receitas totalizaram R\$ 284,7 milhões, também com destaque para as receitas de aplicações financeiras (R\$ +17,1 milhões), impactadas pelo aumento da Taxa Selic; e receitas de crédito (R\$ +10,5 milhões), consequentes do crescimento da carteira. As Receitas de Prestação de Serviços somaram R\$ 32,4 milhões no 4T2021 e acumularam R\$ 128,9 milhões no ano, com retração de 6,1% em 3M e de 2,7% em 12M, onde se observam as maiores quedas de arrecadação nas receitas relacionadas a transferências de fundos (emissão de TED/DOCs e transferências entre contas da instituição, consequência do PIX). Como forma de se manter competitivo e alinhado ao mercado bancário na oferta de soluções inovadoras, o Banese vem desenvolvendo novos serviços vinculados aos pagamentos instantâneos – Pix (Pix Saque e Pix Troco) e analisando as oportunidades de novas fontes de receitas, além de aprimorar os serviços atuais a fim de proporcionar uma melhor experiência ao usuário.

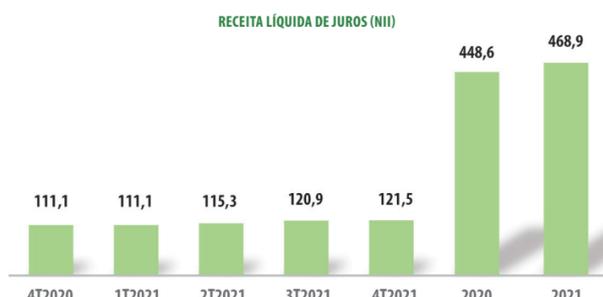
Custos e Despesas

Custos Diretos das Operações – R\$ MILHÕES						
	2021	2020	V12M	4T2021	3T2021	V3M
Despesas de Captação	199,9	123,0	▲ +62,5%	79,8	54,8	▲ +45,6%
Resultado de TVM	3,6	3,7	▼ -2,7%	0,1	1,7	▼ -94,1%
Desp. Obrigações p/Empréstimos	11,9	6,2	▲ +91,9%	3,5	3,7	▼ -5,4%
Total	215,4	132,9	▲ +62,1%	83,4	60,2	▲ +38,5%

Os custos totais diretos das operações apresentaram crescimento de 62,1% (R\$ +82,5 milhões) entre os anos de 2021 e 2020 e de 38,5% (R\$ +23,2 milhões) no último trimestre, ambos diretamente relacionados à elevação da taxa básica de juros da economia – Selic e ao incremento do volume de captações remuneradas no período. O crescimento observado nas despesas com obrigações para empréstimos e repasses, em 12M, é consequente de recursos oriundos do BNDES e FNE, onde as despesas são geradas à medida que as operações são liberadas.

Receita Líquida de Juros (NII)

As Receitas Líquidas de Juros (Receitas de Empréstimos mais Receitas de Aplicações Financeiras menos os Custos Diretos de Captação) apresentaram crescimento de 0,5% na variação do trimestre e de 4,5% na variação ano. O resultado é uma combinação dos fatores já apresentados nos itens anteriormente mencionados neste relatório, como o crescimento das receitas com aplicações financeiras e operações de crédito que superaram o crescimento nas despesas com captação.



Despesas com Pessoal/Folha – R\$ milhões						
	2021	2020	V12M	4T2021	3T2021	V3M
Salários	105,9	150,9	▼ -29,8%	27,4	28,3	▼ -3,2%
Benefícios	22,5	28,3	▼ -20,5%	6,4	5,6	▲ +14,3%
Encargos Sociais	45,5	50,4	▼ -9,7%	12,1	11,6	▲ +4,3%
Treinamentos e Outros	0,5	0,3	▲ +66,7%	0,3	0,1	▲ +200,0%
Total	174,4	229,9	▼ -24,1%	46,2	45,6	▲ +1,3%

As despesas com pessoal apresentaram redução de 24,1% em 12 meses (R\$ -55,5 milhões), cabendo ressaltar que no ano anterior foi registrado o pagamento dos benefícios financeiros e sociais previstos no Programa de Estímulo à Aposentadoria – PEA (cerca de R\$ 46 milhões), lançado no último trimestre de 2020 e contemplando o total de adesões ao citado programa. Em 2021 foram realizados 150 desligamentos, correspondente a 55% das adesões, o que representou redução acumulada de 16% no quadro de funcionários do Banese. Em 2021 não ocorreu a efetivação de contratação dos novos funcionários aprovados em concurso realizado, contribuindo ainda para redução das despesas com pessoal, bem como foram suspensos os treinamentos corporativos presenciais, e disponibilização de novas bolsas de estudos considerando o momento ainda crítico de pandemia de Covid-19. O índice de cobertura de folha registrado em 2021 foi de 74,0%, 16,3 pp. acima do índice registrado em 2020. No trimestre houve redução de 5,5 pp.. Para a cobertura das despesas administrativas obtivemos um índice de 35,0% em 2021, variando em +1,4 pp. no ano.

Outras Despesas Administrativas – R\$ milhões						
	2021	2020	V12M	4T2021	3T2021	V3M
Serviços de Terceiros	91,8	79,3	▲ +15,8%	24,7	23,9	▲ +3,3%
Consumo, Manutenção e Materiais	21,5	21,0	▲ +2,4%	6,4	5,2	▲ +23,1%
Serviços Financeiros e Processamento de Dados	39,5	28,2	▲ +40,1%	8,8	9,5	▼ -7,4%
Seguros	4,0	3,6	▲ +11,1%	0,6	0,8	▼ -25,0%
Transportes de Numerário	10,6	9,8	▲ +8,2%	2,7	2,7	ND
Tributárias	1,1	1,9	▼ -42,1%	0,2	0,2	ND
Despesas Outras	25,4	20,8	▲ +22,1%	12,5	4,7	▲ +166,0%
Total	193,9	164,6	▲ +17,8%	55,9	47,0	▲ +18,9%

As outras despesas administrativas apresentaram crescimento de 17,8% em 12 meses (R\$ +29,3 milhões), destacando-se os grupos de Serviços de Terceiros (com Assessorias Técnicas e Convênio Ponto Banese – Correspondente no País); Serviços Financeiros e Processamento de Dados (com custos com numerário BB, manutenção de softwares e execução de serviços de tecnologia); e Despesas Outras (com Promoções e Relações Públicas – patrocínios e doações). No último trimestre o incremento foi de 18,9% (R\$ +8,9 milhões), com destaque para o grupo de Despesas Outras, com despesas de Promoções e Relações Públicas, Propaganda e Publicidade na ordem de R\$ +9,4 milhões; e Consumo, Manutenção e Materiais (com Energia Elétrica e Conservação de Bens, com elevação de despesas na ordem de R\$ +4,8 milhões).

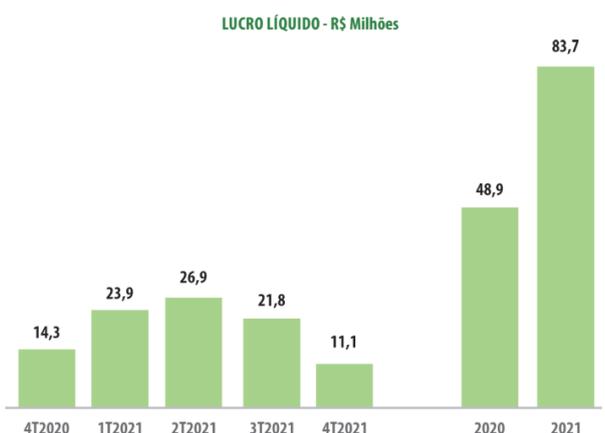
Outras Despesas Operacionais – R\$ milhões						
	2021	2020	V12M	4T2021	3T2021	V3M
Amortização e Depreciação	14,0	16,3	▼ -14,1%	3,2	3,4	▼ -5,9%
Provisões p/ Operações de Crédito	147,5	140,8	▲ +4,8%	41,9	45,3	▼ -7,5%
Desvalorização de Créditos	3,2	29,2	▼ -89,0%	0,7	0,7	ND
Provisões Passivas	28,0	63,2	▼ -55,7%	4,5	7,6	▼ -40,8%
Convênio com Tribunal de Justiça	17,2	17,5	▼ -1,7%	3,8	3,9	▼ -2,6%
ISS/PIS/COFINS	35,9	37,3	▼ -3,8%	9,4	9,2	▲ +2,2%
Descontos Concedidos	4,5	4,3	▲ +4,7%	0,1	0,3	▼ -66,7%
Participação nos Lucros e Resultados	12,4	8,1	▲ +53,1%	2,8	1,9	▲ +47,4%
Outras Operacionais Diversas	10,0	22,5	▼ -55,6%	2,1	1,8	▲ +16,7%
Total	272,7	339,2	▼ -19,6%	68,5	74,1	▼ -7,6%

O grupo das Outras Despesas Operacionais apresentou decréscimo de R\$ 66,5 milhões no comparativo de 12 meses, com destaque para redução de despesas com Provisões Passivas (R\$ -35,2 milhões), considerando que em 2020 ocorreram lançamentos de provisões passivas de processos

trabalhistas relacionados ao cumprimento de sentenças de causas relativas ao Descanso Semanal Remunerado – DSR; e Outras Operacionais Diversas (R\$ -12,5 milhões), decorrente de redução em despesas relacionadas à operacionalização do negócio crédito (cessão fidelidade, ressarcimento a clientes e prestamistas crédito parcelado) e de juros de passivo atuarial. O incremento nas despesas com Provisões para Operações de Crédito na variação ano foi decorrente, principalmente, do crescimento das carteiras. No trimestre, a redução na despesa de provisão foi influenciada pela carteiras de crédito Comercial.

Lucro Líquido

O lucro líquido apresentado pelo Banese em 2021 foi de R\$ 83,7 milhões, um crescimento de 71,2% em relação ao resultado de 2020. No 4T2021, o lucro líquido foi R\$ 11,1 milhões, impactado pela despesa de equivalência patrimonial, pelo efeito do crédito tributário decorrente da mudança de alíquota da CSLL e demais despesas mencionadas anteriormente. A evolução no resultado de 2021 é reflexo do comportamento dos negócios, com expansão da carteira de crédito, captações mantendo ritmo de crescimento e custo operacional diretamente impactado pela elevação da inflação e da taxa básica de juros da economia – Selic. Destacam-se as outras receitas operacionais, com efeito positivo de reversões de provisão de processos fiscais transitados em julgado em favor do Banese, da recuperação de créditos baixados em prejuízo e dos juros de passivo atuarial em observância ao CPC 33 (R1) e CPC 23. Evidencia-se ainda que devido à correção em 12/2020: (i) da forma de contabilização do Passivo Atuarial em conformidade com as regras do CPC 33 (R1); e (ii) dos Juros sobre Capital Próprio inerentes à Equivalência Patrimonial, houve um ajuste, em atendimento ao CPC 23, de R\$ -5,5 milhões no Lucro Líquido de 2020, passando para R\$ 48,9 milhões.



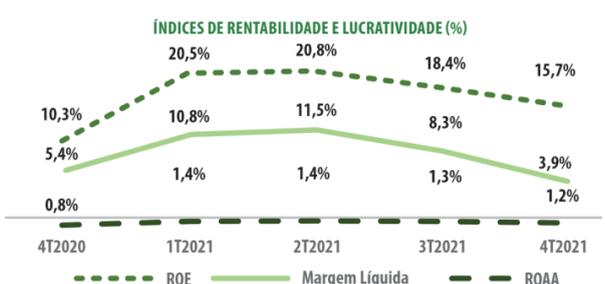
Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do Banese variou positivamente em 5,7% no período de 12 meses e em 0,8% no último trimestre. O crescimento observado no trimestre é consequência da incorporação do resultado do período e do ajuste de avaliação atuarial relativo ao plano de previdência complementar dos empregados do Banese junto ao Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS (plano salgado de benefício definido), conforme CPC 33 (R1), aprovada pela Deliberação CVM 695/2012; e influenciado, também, pelo pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio. Ao final do 4T2021 o impacto do ajuste atuarial no Patrimônio Líquido do Banese foi de R\$ +5,3 milhões, por força do aumento na taxa de mercado utilizada para cálculo do valor presente das obrigações atuariais. O efeito negativo no PL do Banco era na ordem de R\$ -8,2 milhões no 4T2020 e de R\$ -4,0 milhões do 3T2021.



Índices de Rentabilidade e Lucratividade

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) e o Retorno sobre Ativos Médios (ROAA) apresentaram expansão em 12 meses, enquanto a Margem Líquida reduziu neste período. Os índices alcançados pelo Banese são consequência dos resultados e negócios apresentados neste relatório.



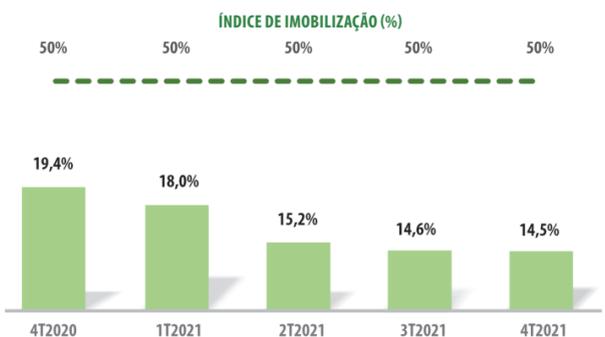
Capitalização e Basileia – R\$ milhões

Índices e Capitalização						
	2021	2020	V12M	4T2021	3T2021	V3M
Patrimônio de Referência	613,2	444,1	▲ +38,09%	613,2	603,3	▲ +1,65%
PR Nível I	499,9	400,7	▲ +24,77%	499,9	495,1	▲ +0,98%
PR Nível II	113,3	43,3	▲ +161,30%	113,3	108,2	▲ +4,71%
Índice de Basileia	13,15%	11,18%	▲ +1,97 p.p.	13,15%	13,35%	▼ -0,20 p.p.
Índice de Capital Principal	10,72%	10,09%	▲ +0,63 p.p.	10,72%	10,96%	▼ -0,24 p.p.
Índice de Capital Nível I	10,72%	10,09%	▲ +0,63 p.p.	10,72%	10,96%	▼ -0,24 p.p.
Índice Basileia Mínimo + ACP	10,00%	9,25%	▲ +0,75 p.p.	10,00%	9,625%	▲ +0,38 p.p.
Margem sobre o PR considerando a capital para cobertura do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária e ACP	119,8	55,5	▲ +115,84%	119,8	142,1	▼ -15,69%

O Índice de Basileia do Conglomerado Banese totalizou 13,15% ao final de 2021, o que representa um incremento de 1,97 p.p. quando comparado ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente à evolução do Patrimônio de Referência Nível I em 24,77% (aprox. R\$ 99,2 milhões), diante do resultado acumulado do período e da redução dos ajustes prudenciais, bem como devido à elevação do Patrimônio de Referência Nível II em 161,30% (aprox. R\$ 70,0 milhões), em virtude de captações em letras financeiras subordinadas.

Índice de Imobilização

O índice de imobilização encerrou o 4T2021 em 14,5%, apresentando uma involução de 0,1 p.p. quando comparado ao índice observado no 3T2021, em virtude do aumento ativo permanente (aprox. R\$ 8,2 milhões). O resultado foi substancialmente abaixo do requerimento máximo de imobilização estabelecido pelo Banco Central do Brasil, que é de 50,0%. Vale ressaltar que esse índice é tão melhor quanto menor ele for.



Ratings

A *Fitch Ratings*, em 30 de agosto de 2021, afirmou o *Rating Nacional de Longo Prazo* do Banese em 'A-(bra)' (A menos (bra)) com alteração da perspectiva para Estável de Negativa. A revisão da perspectiva para Estável reflete a visão da *Fitch* de que os impactos da pandemia de coronavírus em relação ao modelo de negócios e perfil financeiro do Banese foram mais baixos do que os esperados, principalmente nas métricas de qualidade de crédito e rentabilidade. A *Moody's América Latina Ltda* ("Moody's Local") atribuiu, em 29 de junho de 2021, o *rating* de emissor de AA--br e os *ratings* de depósito de longo prazo de AA--br e de curto prazo de ML A-1.br, em escala nacional, com perspectiva negativa, sendo atribuída em virtude da exposição a segmentos de negócios mais vulneráveis à pandemia da Covid-19, que pode afetar a qualidade de ativos e a rentabilidade. Já a *Moody's Investors Service* (*Moody's*) publicou, em 15 de dezembro de 2021, o *rating* de depósitos em moeda estrangeira do Banese em Ba2, considerando suas fortes métricas de liquidez, bem como a geração de ganhos recorrentes, o que garante a reposição de seu capital. A perspectiva negativa reflete os desafios para a qualidade e rentabilidade dos ativos do Banese, decorrentes do rápido crescimento do crédito e da exposição a segmentos de negócios mais vulneráveis à inflação e à baixa atividade econômica.

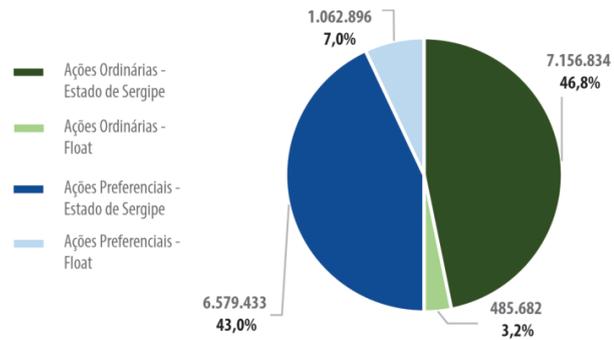
Agência	Escala	Longo Prazo	Curto Prazo	Perspectiva
Fitch Ratings	Nacional	A- (bra)	F1 (bra)	Estável
Moody's Local	Nacional – Depósitos	AA--br	ML A-1.br	Negativa
Moody's Investors Service	Global em Moeda Nacional – Depósitos	Ba2	Not Prime	Negativa
	Global em Moeda Estrangeira – Depósitos	Ba2	Not Prime	Negativa

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Banese na B3

A estrutura acionária do Banese no 4T2021 correspondia a 89,8% de ações do Governo do Estado de Sergipe e 10,2% de *Free Float*. As ações em circulação são constituídas por 31,3% ON e 68,7% PN.

A composição societária equivale a 15,2 milhões de ações, que consistem em 7,6 milhões de ações ordinárias (BGIP3) e 7,6 milhões de ações preferenciais (BGIP4). As ações do Banese fazem parte do Índice ITAG da B3, que concentra as ações com diretos diferenciados de *Tag Along*.



Clientes e Canais de Atendimento

A base de clientes do Banese atingiu um total de 821.478 correntistas e poupadores ao final do ano de 2021, compreendendo 795.672 clientes PF e 25.806 clientes PJ. O Banese tem investido na disponibilidade de um maior portfólio de produtos e serviços nos canais digitais, como também na melhora da usabilidade dos meios de atendimento virtual. Em decorrência da pandemia, esse investimento foi intensificado para que os clientes tenham acesso a produtos, serviços e transações de forma segura, sem precisar ir a um ponto de atendimento físico, minimizando o risco de exposição. Com o Atendimento Virtual Banese, o cliente tem uma série de produtos e serviços disponíveis e pode agendar um horário para atendimento presencial, sem filas e com mais segurança. A utilização dos canais de autoatendimento para a realização de transações tem se tornado prioridade para os clientes Banese, visto que 85,3% do total de transações foram realizadas no autoatendimento no ano de 2021, sendo 77,4% apenas nos canais digitais. No ano de 2021, houve um incremento de 22,7% na quantidade de transações realizadas no Internet e Mobile Banking, quando comparado ao ano anterior, e um crescimento de 127,6% no comparativo do volume transacionado entre os anos.

DADOS DE CANAIS							
	2021	2020	V12M	4T2021	3T2021	V3M	
Agências	63	63	ND	63	63	ND	
Postos de Serviços	09	09	ND	09	09	ND	
Terminal ATM	476	486	▼ -10	476	464	▲ +12	
Correspondentes no País	218	204	▲ +14	218	210	▲ +8	
Transações em Agências, ATM e Correspondentes	34,9 Mi	37,6 Mi	▼ -7,2%	8,8 Mi	8,5 Mi	▲ +3,5%	
Volume Transacionado	R\$ 41,6 Bi	R\$ 36,0 Bi	▲ +15,6%	R\$ 10,7 Bi	R\$ 10,6 Bi	▲ +0,9%	
Transações online	122,2 Mi	99,6 Mi	▲ +22,7%	30,3 Mi	32,4 Mi	▼ -6,5%	
Volume Transacionado	R\$ 41,2 Bi	R\$ 18,1 Bi	▲ +127,6%	R\$ 11,1 Bi	R\$ 9,9 Bi	▲ +12,1%	

Considerando o crescente número de transações e volume financeiro movimentado através dos canais digitais, da vasta rede de Correspondentes no País e seguindo o Planejamento Estratégico da Companhia, o Banese vem nos últimos anos readequando a sua rede de atendimento a esta realidade. Dessa forma, o Banco encerrou o ano de 2021 com 63 agências, sendo 54 unidades físicas (12 na capital e 42 no interior).

Serviços Financeiros – Banese 2.0

O Banese segue implementando a estratégia de disponibilizar a seus clientes serviços bancários e de meios de pagamentos inovadores e com novas tecnologias. No ano de 2021, destacaram-se a inclusão de serviço de Recargas Digitais (que atendem ao cliente na percepção de serviços de consumo diário tais como: Games, Uber, Netflix, Spotify) e as novas funcionalidades do Sistema de Pagamentos Instantâneos (PIX).

Investimentos em Capital Humano

O Banese tem investido no desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos colaboradores por meio de diversas iniciativas, com destaque para a Universidade Corporativa Banese, o Programa de Incentivo à Formação Educacional, o Programa de Aprendizagem, Programa de Certificação Continuada, dentre outras ações. O Banco também incentiva a busca pelo auto-desenvolvimento, visando ao aumento do desempenho e do engajamento das equipes. O Programa de Formação Profissional integra o macro arcabouço da educação continuada do Banese. Atende aos imperativos estratégicos da instituição à medida que estimula a aplicabilidade de novos saberes às dinâmicas institucionais através da concessão de bolsas de estudo com custeio de 50% do valor nas modalidades de graduação, pós-graduação, língua inglesa e plataformas de aprendizagem. Os cursos de especialização e língua estrangeira ocupam o maior número de bolsas ativas.

No ano de 2021, houve a ampliação do público da plataforma virtual de aprendizagem, com ingresso das demais empresas do grupo Banese e os jovens aprendizes, além da inclusão de novos cursos e da continuidade das campanhas voltadas para a divulgação dos cursos. Tais iniciativas ocasionaram a soma de um total de 559 cursos concluídos apenas no 4T2021 e 2.715 cursos concluídos no ano. Destacam-se os cursos com os temas de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e de Privacidade de Dados com foco em LGPD. Em 2021 o Banese credenciou funcionários para atuarem como Educadores Corporativos, com o objetivo de estabelecer e fortalecer uma cultura de aprendizagem contínua e o desenvolvimento organizacional na medida que é responsável pela produção de conteúdos e treinamentos. Visando incentivar a certificação continuada, o Banco dispõe ainda de um programa que estimula a obtenção e atualização de certificações, assim como participação em eventos e treinamentos. Como resultado, busca-se o aprimoramento de conhecimentos técnicos do quadro de pessoal para a execução de excelência das atividades profissionais e a manutenção sustentável da competitividade do Banese em relação aos demais atores do mercado financeiro. O Banese também desenvolveu uma gama de ações voltadas à promoção da saúde, engajamento e desenvolvimento do seu quadro de empregados, e somando a isso, implementou iniciativas para tornar os processos internos mais transparentes e isonômicos.

CONGLOMERADO BANESE

O conglomerado econômico do Banese é composto pelo Banese S.A. e pela SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços S.A. (SEAC). Adicionalmente fazem parte do grupo Banese: a Banese Corretora e Administradora de Seguros, o Instituto Banese de Seguridade Social (SERGUS), a Caixa de Assistência dos Empregados do Banese (CASSE) e o Instituto Banese.

Relatório de Desempenho 2021



No cartão de crédito Banese Card (produto com 68,2% de participação dentre o portfólio), o volume financeiro foi de R\$ 723,2 milhões no trimestre, um aumento de 18,2% em relação ao 4T2020, e de 13,0% na comparação com o 3T2021. Já o volume financeiro gerado por Outras Bandeiras (com 24,3% de participação) alcançou um total de R\$ 257,2 milhões no 4T2021. Tal desempenho é fruto das novas parcerias com as grandes redes varejistas, das ações extensivas de credenciamentos, ampliação de limites rotativos e maior aceitação, inclusive no *e-commerce*, proporcionada pelo coembadeiramento dos cartões através da parceria com a bandeira Elo.

No ano de 2021, a SEAC priorizou os esforços na criação de novos produtos, promovendo a otimização na arquitetura e produtos, melhoria nos canais de atendimento e manteve-se aderente às tendências do mercado de meios de pagamento. Destaca-se no ano o aumento de 06 para 27 do número de Estados com presença do Banese Card Elo Nanquim, consequência do sucesso de campanhas promocionais e estratégias de *marketing*. Também houve o lançamento do novo cartão Banese Card Elo Nanquim OAB, seguindo o mesmo padrão do Elo Nanquim, proporcionando a exclusividade aos Advogados de Sergipe.

Também foi entregue a 67 municípios sergipanos, em parceria com o Governo do Estado, o Cartão Mais Inclusão Sergipe pela Infância, concretizando uma das ações estruturantes do Programa Sergipe Pela Infância (PSPI), e o Cartão Lagartense, novo programa social municipal, que irá atender prioritariamente mães solteiras impreterivelmente em situação de vulnerabilidade social.

Banese Corretora de Seguros

Com o objetivo de sempre aprimorar o atendimento aos clientes, a Banese Administradora e Corretora de Seguros Ltda. tem consolidado sua parceria com as principais seguradoras do Brasil, oferecendo as melhores soluções nos diversos ramos de seguros e buscando o aumento do portfólio de produtos a ser ofertado ao público.

No 4T2021, a Corretora apresentou um volume de R\$ 43,8 milhões em seguros contratados, respondendo a um incremento de 51,8% comparado ao mesmo período do ano de 2020. No ano de 2021 o volume de produção de seguros contratados alcançou R\$ 136,1 milhões, um crescimento de 12,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento foi motivado principalmente pela maior produção de seguros de Acidentes Pessoais, Consórcio e Prestamista. Em relação ao trimestre anterior, o volume de seguros contratados alcançou incremento de 8,0%. No que tange à receita auferida em 2021, houve um incremento de 22,3% em relação ao ano de 2020, enquanto o crescimento entre o 4T2021 e o mesmo trimestre do ano anterior foi de 88,3%.

Instituto Banese e Museu da Gente Sergipana

O Instituto Banese tem buscado ser um agente de transformação por meio de ações e investimentos voltados para os interesses da sociedade sergipana, com o intuito de ser reconhe-

cido como fonte de conhecimento, inspiração e cultivo de expressões artísticas e culturais. Com o desenvolvimento de ações de responsabilidade socioambiental em sintonia com políticas públicas, o Instituto beneficiou um total 10.002 pessoas no 4T2021, ligadas aos projetos estratégicos das 12 entidades apoiadas, a apoios e patrocínios, além das pessoas beneficiadas. No ano foram beneficiadas um total de 40.289 pessoas.

O Museu da Gente Sergipana Governador Marcelo Déda, cerne da missão do Instituto Banese, é o projeto máster da instituição, idealizado para reforçar o papel social do Banese como grande incentivador e mecenas das diversas linguagens da cultura sergipana. Com a plataforma de visita virtual ao Museu, lançada em 2020, o visitante consegue descobrir, conhecer, pesquisar e visitar o conteúdo histórico e cultural representado pelas tradições, costumes, patrimônio arquitetônico, biodiversidade, gastronomia, aspectos econômicos e manifestações culturais em um passeio em 360° por todas as instalações do museu.

Em 2021 o Grupo Banese lançou, através do Instituto Banese, o ProjetaSE, que se constitui em um núcleo de apoio ao suporte técnico às gestões de municípios sergipanos. Tem por propósito orientar os municípios na captação de recursos para obras de diversas modalidades, desenvolvimento de projetos de arquitetura, urbanismo e engenharia e fortalecimento da capacidade institucional das Prefeituras. A iniciativa encerrou seu primeiro ano de existência com 13 projetos iniciados e já conta com 33 municípios cadastrados, com potencial para melhorar a qualidade de vida de mais de 200 mil pessoas.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL - EM REAIS MIL

	BANESE MÚLTIPLO		BANESE CONSOLIDADO	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO		Reapresentado	Reapresentado	
CIRCULANTE	3.826.479	3.514.992	4.267.190	3.935.459
DISPONIBILIDADE (NOTA 4)	59.766	80.155	59.949	80.485
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	3.828.838	3.486.915	4.318.810	3.940.388
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 5)	1.379.799	1.416.741	1.379.799	1.416.741
Aplicações no mercado aberto	253.285	647.004	253.285	647.004
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.126.514	769.737	1.126.514	769.737
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (NOTA 6)	862.423	709.365	877.706	819.728
Carteira Própria	815.417	700.923	830.700	811.286
Vinculados a Compromissos de Recompra	12.989	7.821	12.989	7.821
Vinculados à Prestação de Garantias	650	621	650	621
Vinculados ao Banco Central	33.367	-	33.367	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 7)	407.639	365.513	500.869	394.853
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	121	124	93.351	29.464
Créditos Vinculados:	407.518	365.349	407.518	365.349
- Depósitos no Banco Central	407.518	365.098	407.518	365.098
- Convênios	-	251	-	251
Correspondentes	-	40	-	40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 8)	850.501	696.524	850.501	696.524
Operações de Crédito:	850.501	696.524	850.501	696.524
- Setor Privado	850.501	696.524	850.501	696.524
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 9)	328.476	298.772	709.935	612.542
Rendas a Receber	3.235	3.375	12.220	13.813
Diversos	325.241	295.397	697.709	598.729
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem Característica de Concessão de Crédito	-	-	(164)	(545)
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (NOTA 8 f)	(64.683)	(53.948)	(116.336)	(88.413)
Provisão para Perdas de Operações de Crédito	(62.913)	(52.431)	(62.913)	(52.431)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.770)	(1.517)	(1.770)	(1.517)
Provisão para Valores a receber relativos a transações de pagamento	-	-	(51.653)	(34.465)
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 10)	2.558	1.870	4.767	2.999
Outros Valores e Bens	929	1.007	2.258	1.422
Despesas Antecipadas	1.629	863	2.509	1.577
NÃO CIRCULANTE	3.493.053	3.310.244	3.538.154	3.304.083
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.315.409	3.132.989	3.423.550	3.202.702
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	3.125.515	2.927.658	3.188.066	2.962.251
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 5)	134.932	327.243	134.932	327.243
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	134.932	327.243	134.932	327.243
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (NOTA 6)	582.520	536.912	582.520	536.912
Carteira Própria	582.520	536.912	582.520	536.912
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 7)	64.074	59.768	64.074	59.768
Créditos Vinculados:	64.074	59.768	64.074	59.768
- SFH - Sistema Financeiro da Habitação	64.074	59.768	64.074	59.768
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 8)	2.215.956	1.846.558	2.215.956	1.846.558
Operações de Crédito:	2.215.956	1.846.558	2.215.956	1.846.558
- Setor Privado	2.215.956	1.846.558	2.215.956	1.846.558
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 9)	128.033	157.177	190.584	191.770
Rendas a Receber	-	-	20	29
Diversos	135.072	164.216	197.603	198.780
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem Característica de Concessão de Crédito	(7.039)	(7.039)	(7.039)	(7.039)
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (NOTA 8 f)	(63.943)	(48.761)	(63.943)	(48.761)
Provisão para Perdas de Operações de Crédito	(63.943)	(48.761)	(63.943)	(48.761)
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	176.706	181.796	222.296	216.916
Créditos Tributários sobre diferenças temporárias (Nota 22)	151.801	167.370	180.434	187.614
Créditos Tributários sobre base fiscal negativa (Nota 22)	-	-	1.573	4.833
Créditos Tributários sobre impostos e contribuições a compensar (Nota 9.2)	24.905	14.426	40.289	24.469
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 10)	77.131	72.296	77.131	72.296
Outros Valores e Bens	77.818	73.957	77.818	73.957
Provisões para Desvalorizações	(7.207)	(4.977)	(7.207)	(4.977)
Despesas Antecipadas	6.520	3.316	6.520	3.316
INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÃO DE COLIGADAS E CONTROLADAS (NOTA 11)	116.703	116.247	-	-
Participação em Coligadas e Controladas	116.703	116.247	-	-
OUTROS INVESTIMENTOS (NOTA 11)	6	6	6	6
Outros Investimentos	454	454	454	454
Provisões para Perdas	(448)	(448)	(448)	(448)
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 12)	181.659	175.323	252.534	236.273
Imóveis de Uso	56.085	56.203	74.103	74.193
Outras Imobilizações de Uso	125.574	119.120	178.431	162.080
INTANGÍVEL (NOTA 13)	75.250	68.849	88.975	74.321
Ativos Intangíveis	75.250	68.849	88.975	74.321
DEPRECIações E AMORTIZações	(195.974)	(183.170)	(226.911)	(209.219)
Depreciações Acumuladas - Imobilizado de Uso (NOTA 12)	(136.377)	(127.579)	(163.418)	(150.179)
Amortizações Acumuladas - Ativos Intangíveis (NOTA 13)	(59.597)	(55.591)	(63.493)	(59.040)
T O T A L	7.319.532	6.825.236	7.805.344	7.239.542

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

	BANESE MÚLTIPLO		BANESE CONSOLIDADO	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
PASSIVO		Reapresentado	Reapresentado	
CIRCULANTE	4.919.782	4.601.458	5.347.538	5.090.172
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	4.775.622	4.379.809	4.758.963	4.373.682
DEPÓSITOS (NOTA 14)	4.676.763	4.288.973	4.654.986	4.280.166
Depósitos à Vista	1.158.353	1.046.963	1.142.761	1.036.185
Depósitos de Poupança	1.937.941	1.879.392	1.937.941	1.879.392
Depósitos Interfinanceiros	152.007	139.906	152.007	139.906
Depósitos a Prazo	1.427.978	1.222.472	1.419.439	1.222.472
Depósitos Outros	484	240	2.838	2.211
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.577	2.159	6.695	4.839
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1.577	2.159	6.695	4.839
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (NOTA 14)	40.364	43.873	40.364	43.873
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	40.364	43.873	40.364	43.873
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (NOTA 14)	56.918	44.804	56.918	44.804
BNDES	2.925	1.276	2.925	1.276
FINAME	382	438	382	438
Outras Instituições	53.611	43.090	53.611	43.090
OUTROS PASSIVOS (NOTA 15)	144.160	221.649	588.575	716.490
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.607	498	2.948	660
Sociais e Estatutárias	16.182	13.369	17.457	16.547
Fiscais e Previdenciárias	11.043	31.588	14.510	34.842
Recursos em Trânsito de Terceiros	298	262	298	262
Diversas	114.030	175.932	553.362	664.179
NÃO CIRCULANTE	1.838.428	1.738.650	1.850.376	1.618.314
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	1.548.514	1.462.013	1.539.737	1.324.435
DEPÓSITOS (NOTA 14)	1.427.559	1.329.854	1.427.559	1.192.276
Depósitos a Prazo	1.427.559	1.329.854	1.427.559	1.192.276
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (NOTA 14)	12.954	7.814	4.177	7.814
Carteira Própria	12.954	7.814	4.177	7.814
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (NOTA 14)	20.369	38.700	20.369	38.700
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	20.369	38.700	20.369	38.700
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (NOTA 14)	87.632	85.645	87.632	85.645
BNDES	7.897	11.212	7.897	11.212
FINAME	415	801	415	801
Outras Instituições	79.320	73.632	79.320	73.632
OUTROS PASSIVOS (NOTA 15)	130.424	108.463	131.013	109.410
Fiscais e Previdenciárias	4.318	-	4.318	-
Dívidas Subordinadas	126.105	108.414	126.105	108.414
Diversas	1	49	590	996
PROVISÕES	149.657	157.823	169.793	174.118
Provisão para contingências (NOTA 16b)	149.657	157.823	169.793	174.118
RECEITAS DIFERIDAS (NOTA 17)	9.833	10.351	9.833	10.351
Resultados de Exercícios Futuros	9.833	10.351	9.833	10.351
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 19)	561.322	485.128	607.430	531.056
Capital Social - De Domiciliados no País	426.000	348.000	426.000	348.000
Aumento de Capital	-	78.000	-	78.000
Reservas de Lucros	130.044	67.305	130.044	67.305
Ajuste de Avaliação Patrimonial	5.278	(8.177)	5.278	(8.177)
Participação de Não Controladores (NOTA 18)	-	-	46.108	45.928
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.319.532	6.825.236	7.805.344	7.239.542

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM REAIS MIL

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO		RESERVAS DE LUCROS			AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL BANESE MÚLTIPLO	PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	TOTAL BANESE CONSOLIDADO
	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL	LEGAL	ESTATUTÁRIA	ESPECIAL					
SALDOS EM 31.12.2019	348.000	-	35.737	86.848	2.742	(39.470)	-	433.857	39.411	473.268
Ajustes de Retificação de Erro em 01.01.2020	-	-	-	(14.226)	-	14.226	-	-	-	-
SALDOS EM 31.12.2019 Reapresentado	348.000	-	35.737	72.622	2.742	(25.244)	-	433.857	39.411	473.268
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	-	50.110	50.110	-	50.110
- Aumento de Capital	-	78.000	-	(78.000)</						

Relatório de Desempenho 2021



i. Operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito

As operações de crédito, bem como as respectivas provisões constituídas são registradas no ativo circulante ou não circulante obedecendo aos prazos contratuais.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada e registrada observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina:

- A classificação das operações de crédito em nove níveis de risco AA (risco mínimo) até H (risco máximo), que levam em consideração o valor das operações, as garantias existentes, as características dos clientes, o nível de atraso das operações, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, entre outros fatores;
- As operações de crédito em atraso classificadas em “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas a prejuízo e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial;
- As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco;
- Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I do artigo 4º (prazo dobrado);
- Com base no artigo 5º, a Instituição adota critério interno de classificação e constituição de provisão para as operações com pessoas físicas da carteira comercial, com responsabilidade total do devedor inferior a R\$ 50 mil, considerando informações pessoais, financeiras, históricas e externas dos clientes.

Nas operações de crédito rural, financiamento e financiamento habitacional com essas características, a classificação individual é feita de acordo com seu respectivo nível de risco (AA - H), conforme a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A Administração revisa periodicamente os riscos e as estimativas de perda em relação à carteira de créditos, conforme previsto na Resolução CMN nº 2.682/1999. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada levando-se em consideração a classificação das operações de crédito em seus respectivos níveis de risco.

j. Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica do Cosif “Outros Créditos - Diversos”. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

O Banco está sujeito ao regime de tributação do lucro real e procede ao pagamento mensal do imposto de renda e contribuição social pela estimativa com base em balancete de suspensão / redução. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no período. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada considerando a alíquota de 25%. O Governo Federal editou em 01 de março de 2021, a Medida Provisória nº 1.034, convertida na Lei nº 14.183 de 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da CSLL do setor financeiro de 20% para 25% do lucro tributável, entre 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, retornando para 20% a partir de 01 de janeiro de 2022.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

k. Outros valores e bens

Os bens imóveis não de uso próprio, são registrados pelo custo de aquisição, apurado entre o valor contábil da dívida e o valor de mercado do bem, o que for menor e, quando aplicável, ajustado por provisão para perdas.

As despesas antecipadas registram os valores decorrentes de pagamentos antecipados ou de acordos de cooperação, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo amortizadas conforme a duração contratual, associada à expectativa de geração dos resultados futuros desses acordos.

l. Investimentos, Imobilizado de Uso e Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, considerando os seguintes aspectos:

- Avaliação dos investimentos em controlada pelo método da equivalência patrimonial, tomando por base as informações mensais individuais levantadas, observando as mesmas práticas contábeis do controlador, ou seja, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras. Os outros investimentos são registrados pelos seus valores de custo e, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas;
- Depreciação do Imobilizado de uso calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens considerando as seguintes taxas anuais:

Edificações	4%
Equipamentos de uso	10%
Sistemas de processamento de dados	20%
Outros	10% a 20%

- Ativos Intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Esse grupo está representado por aquisições de licença de *software*, que são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. A amortização é calculada pelo método linear durante as suas vidas úteis estimadas, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

m. Redução do valor recuperável de ativos financeiros - (impairment)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

n. Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e obrigações por repasses do país - instituições oficiais

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e incluem, quando aplicável, os encargos até a data base, reconhecidos de forma *pro rata die*.

o. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Para os processos judiciais em que o Banese e sua controlada figuram como réus, os assessores jurídicos classificam as ações em perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável e para os casos em que se discute a constitucionalidade da Lei, de acordo com a estimativa do valor da perda.

As provisões para perdas prováveis nos processos judiciais são constituídas considerando-se a opinião dos assessores jurídicos do Banese e sua controlada, a natureza das ações, sua complexidade, o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhantes, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e pela Deliberação CVM nº 594/2009.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Para os ativos reconhecidos em períodos anteriores, que estão em fase de cálculo pericial, e gerem expectativa de ganho de valor inferior aos reconhecidos, foram constituídas provisões.

As obrigações legais são integralmente provisionadas qualquer que seja a probabilidade de perda da ação judicial.

p. Dívidas subordinadas

As dívidas subordinadas estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas diariamente pela taxa de emissão da operação.

q. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata die*).

r. Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é apresentada pela divisão do lucro líquido do período pela quantidade total de ações e considerando os benefícios conferidos aos seus titulares.

s. Benefício a empregados

O Banese mantém dois planos previdenciários administrados pelo Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS, cujo objetivo é assegurar aos participantes e seus beneficiários, benefícios suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social: (a) O Plano de Benefícios SERGUS Salgado (PBSS), na modalidade Benefício Definido, que em Novembro/2018, teve seu processo de saldamento universal, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em que houve o fechamento do Plano para novas adesões e a suspensão da cobrança das contribuições normais. Conforme o regulamento do plano, os benefícios ofertados aos participantes e beneficiários do plano são: (i) suplementação de aposentadoria por invalidez, (ii) suplementação de aposentadoria por idade, (iii) suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, (iv) suplementação de pensão, (v) pecúlio por morte e (vi) suplementação de abono anual; (b) O Plano SERGUS CD, na modalidade de Contribuição Definida, onde o participante é quem define o valor de sua contribuição, e o benefício é estabelecido de acordo com o total de recursos acumulados na sua conta individual do Plano juntamente com a rentabilidade líquida dos investimentos.

t. JCP e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme disposto no Estatuto do Banco. O Banco por deliberação do Conselho de Administração pode declarar dividendos adicionais.

A distribuição de dividendos aos acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Banese no período em que os dividendos são aprovados.

De acordo com o Estatuto os juros sobre capital próprio deverão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

u. Reapresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas em razão de: (i) correção de erro na contabilização de juros sobre passivo atuarial, contabilizado totalmente no Patrimônio Líquido “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, quando deveria ser registrado em contas de resultado; (ii) correção de erro no registro da equivalência patrimonial; e (iii) reclassificação da linha de ganhos e perdas em outros resultados abrangentes na DFC, passando de variação de ativos e obrigações para ajuste ao lucro líquido.

Os valores estão sendo reapresentados como previsto na NBC TCG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Os efeitos dessa reapresentação são demonstrados a seguir:

u.1) Balanço Patrimonial

	31.12.2020		
	Original	Ajustes	Reapresentado
INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÃO DE COLIGADAS E CONTROLADAS (NOTA 11)	118.927	(2.680)	116.247
Participação em Coligadas e Controladas	118.927	(2.680)	116.247
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	487.808	(2.680)	485.128
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(23.952)	15.775	(8.177)
Reservas de Lucros	85.760	(18.455)	67.305

Banese Consolidado

	31.12.2020		
	Original	Ajustes	Reapresentado
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	531.056	-	531.056
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(23.952)	15.775	(8.177)
Reservas de Lucros	85.760	(18.455)	67.305
Participação de Não Controladores	43.248	2.680	45.928

u.2) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	31.12.2019			01.01.2020		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	433.857	-	433.857	433.857	-	433.857
Reservas Estatutárias	86.848	(14.226)	72.622	86.848	(14.226)	72.622
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(39.470)	14.226	(25.244)	(39.470)	14.226	(25.244)

Banese Múltiplo

	31.12.2020			31.12.2020		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	487.808	(2.680)	485.128	487.808	(2.680)	485.128
Reservas Estatutárias	47.305	(18.455)	28.850	47.305	(18.455)	28.850
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(23.952)	15.775	(8.177)	(23.952)	15.775	(8.177)

Banese Consolidado

	31.12.2019			01.01.2020		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	473.268	-	473.268	473.268	-	473.268
Reservas Estatutárias	86.848	(14.226)	72.622	86.848	(14.226)	72.622
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(39.470)	14.226	(25.244)	(39.470)	14.226	(25.244)

Banese Múltiplo

	31.12.2020			31.12.2020		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	531.056	-	531.056	531.056	-	531.056
Reservas Estatutárias	47.305	(18.455)	28.850	47.305	(18.455)	28.850
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(23.952)	15.775	(8.177)	(23.952)	15.775	(8.177)
Participação de Não Controladores	43.248	2.680	45.928	43.248	2.680	45.928

u.3) Demonstração do Resultado

	31.12.2020			31.12.2020		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(313.223)	(7.692)	(320.915)	(313.223)	(7.692)	(320.915)
Resultado de Participações em Coligadas e Controlada (Nota 20 f)	11.603	(2.680)	8.923	11.603	(2.680)	8.923
Outras Despesas Operacionais (NOTA 20 g)	(44.438)	(5.012)	(49.450)	(44.438)	(5.012)	(49.450)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL IR e CSLL Diferidos (NOTA 22)	(15.460)	2.256	(13.204)	(15.460)	2.256	(13.204)
IR e CSLL Diferidos (NOTA 22)	53.883	2.256	56.139	53.883	2.256	56.139
LUCRO LÍQUIDO	54.339	(5.436)	48.903	54.339	(5.436)	48.903

Banese Consolidado

	31.12.2020			31.12.2020		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(272.577)	(5.012)	(277.589)	(272.577)	(5.012)	(277.589)
Outras Despesas Operacionais (NOTA 20 g)	(53.457)	(5.012)	(58.469)	(53.457)	(5.012)	(58.469)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL IR e CSLL Diferidos (NOTA 22)	(27.211)	2.256	(24.955)	(27.211)	2.256	(24.955)
IR e CSLL Diferidos (NOTA 22)	50.161	2.256	52.417	50.161	2.256	52.417
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES (NOTA 18)	(9.288)	(2.680)	(11.968)	(9.288)	(2.680)	(11.968)
LUCRO LÍQUIDO	54.339	(5.436)	48.903	54.339	(5.436)	48.903

u.4) Demonstração do Valor Adicionado

	31.12.2020			31.12.2020		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Outras receitas/ despesas operacionais/ despesas provisões	(72.722)	(5.012)	(77.734)	(72.722)	(5.012)	(77.734)
Valor Adicionado Bruto	362.787	(5.012)	357.775	362.787	(5.012)	357.775
Valor Adicionado Recebido em Transferência	11.603	(2.680)	8.923	11.603	(2.680)	8.923
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.603	(2.680)	8.923	11.603	(2.680)	8.923
Valor Adicionado a Distribuir	358.078	(7.692)	350.386	358.078	(7.692)	350.386
Governo	54.607	(2.256)	52.351	54.607	(2.256)	52.351
Imposto de renda e contribuição social	(14.736)	(2.256)	(16.992)	(14.736)	(2.256)	(16.992)
(Prejuízo)/Lucro Retido	41.175	(5.436)	35.739	41.175	(5.436)	35.739
Valor Adicionado Distribuído	358.078	(7.692)	350.386	358.078	(7.692)	350.386

Banese Consolidado

	31.12.2020			31.12.2020		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Outras receitas/ despesas operacionais/ despesas provisões	4.375	(5.012)	(637)	4.375	(5.012)	(637)
Valor Adicionado Bruto	454.718	(5.012)	449.706	454.718	(5.012)	449.706
Valor Adicionado a Distribuir	434.621	(5.012)	429.609	434.621	(5.012)	429.609
Governo	87.048	(2.256)	84.792	87.048	(2.256)	84.792
Imposto de renda e contribuição social	9.676	(2.256)	7.420	9.676	(2.256)	7.420
Participação não Controladores	9.288	(2.680)	11.968	9.288	(2.680)	11.968
(Prejuízo)/Lucro Retido	41.175	(5.436)	35.739	41.175	(5.436)	35.739
Valor Adicionado Distribuído	434.621	(5.012)	429.609	434.621	(5.012)	429.609

Banese Consolidado

	31.12.2020			31.12.2020		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Outras receitas/ despesas operacionais/ despesas provisões	4.375	(5.012)	(637)	4.375	(5.012)	(637)
Valor Adicionado Bruto	454.718	(5.012)	449.706	454.718	(5.012)	449.706
Valor Adicionado a Distribuir	434.621	(5.012)	429.609	434.621	(5.012)	429.609
Governo	87.048	(2.256)	84.792	87.048	(2.256)	84.792
Imposto de renda e contribuição social	9.676	(2.256)	7.420	9.676	(2.256)	7.420
Participação não Controladores	9					

Relatório de Desempenho 2021



a.4 Banese Múltiplo e Banese Consolidado - Composição dos fundos exclusivos:

	Banese Múltiplo				TOTAL	
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 Anos	31.12.2021	31.12.2020
Títulos públicos	-	-	-	1.312	1.312	1.255
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	1.312	1.312	1.255
Títulos privados	1.978	-	-	-	1.978	2.637
Cota de fundo de renda fixa	1.978	-	-	-	1.978	2.637
Caixa	74	-	-	-	74	89
Outras Obrigações	-	(10)	(1)	-	(11)	(11)
Valores a pagar/receber	-	(10)	(1)	-	(11)	(11)
Total	2.052	(10)	(1)	1.312	3.353	3.970

Banese Consolidado

	Banese Múltiplo					TOTAL	
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 Meses	1 a 3 anos	5 a 15 anos	31.12.2021	31.12.2020
Títulos públicos	-	-	-	1.312	1.553	2.865	4.483
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	1.312	1.553	2.865	4.483
Títulos privados	9.422	6.390	669	-	-	16.481	107.406
Cota de fundo de investimento multimercado	7.444	-	-	-	-	7.444	651
Cota de Fundo de Renda Fixa	1.978	-	-	-	-	1.978	2.637
Direitos Creditórios a receber	-	6.390	669	-	-	7.059	103.758
Caixa	175	-	-	-	-	175	3.264
Outras Obrigações	-	(884)	(1)	-	-	(885)	(460)
Valores a pagar/receber	-	(884)	(1)	-	-	(885)	(460)
Total	9.597	5.506	668	1.312	1.553	18.636	114.333

As aplicações em cotas de fundos de investimento multimercado classificadas como títulos para negociação, estão sendo apresentadas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras por vencimento.

a. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Banese Múltiplo			Banese Consolidado		
	2º Semestre	Exercício	Exercício	2º Semestre	Exercício	Exercício
Rendas de aplicações em operações compromissadas	9.740	13.961	24.490	9.740	13.961	24.490
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	38.761	54.150	12.192	38.761	54.150	12.192
Rendas de títulos de renda fixa	45.619	65.711	29.707	45.619	65.711	29.707
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	949	987	1.101	3.070	12.353	22.273
Prejuízo de aplicações em fundos de investimentos	-	-	(249)	-	-	(249)
Prejuízo com títulos de renda fixa	(29)	(223)	-	(29)	(223)	-
Ajuste positivo ao valor de mercado	3.463	4.329	1.318	3.463	4.329	1.318
Ajuste negativo ao valor de mercado	(1.805)	(3.331)	(3.476)	(1.805)	(3.331)	(3.476)
Total	96.698	135.584	65.083	98.819	146.950	86.255

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Estão compostas por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação, por créditos vinculados representados por cumprimentos das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e outros recursos, por créditos junto ao Sistema Financeiro da Habitação - SFH e por correspondentes, conforme demonstrados a seguir:

a. Relações interfinanceiras

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Conta de pagamento instantâneo	31.006	29.964	31.006	29.964
Compulsório sobre depósitos à vista (1)	107.769	76.386	107.769	76.386
Compulsório sobre depósitos de poupança (2)	268.511	258.747	268.511	258.747
Créditos junto ao FCVS (3)	100.477	93.302	100.477	93.302
Provisão para perda de créditos junto ao FCVS (3)	(36.403)	(33.534)	(36.403)	(33.534)
BACEN - outros depósitos	-	1	-	1
Bancos oficiais	232	251	232	251
Direitos junto participação sistema de liquidação	121	124	93.351	29.464
Relações com Correspondentes	-	40	-	40
Total	471.713	425.281	564.943	454.621
Ativo circulante	407.639	365.513	500.869	394.853
Ativo realizável a longo prazo	64.074	59.768	64.074	59.768

- (1) Não remunerado;
- (2) Remunerado pela mesma taxa da poupança. Conforme Circular BACEN 3.975/2020 a exigibilidade do recolhimento compulsório para cada modalidade de poupança é apurada aplicando-se a alíquota de 20% (vinte por cento) sobre a base de cálculo;
- (3) Remunerado conforme a origem dos recursos (TR + 6,17% a.a para poupança e TR + 3,12% a.a para FCVS) e registrados pelo valor nominal atualizado pelos respectivos rendimentos até a data do balanço; O saldo corresponde a R\$ 27.671 (R\$ 26.234 – 31.12.2020) contratos validados pelo FCVS, R\$ 10.077 (R\$ 8.836 – 31.12.2020) contratos em processo de validação, R\$ 62.729 (R\$ 58.232 – 31.12.2020) contratos ref. processo indicio multiplicidade transitado em julgado. O Banco constituiu provisão de 50% para os contratos em validação e em indicios de multiplicidade. Na avaliação da Administração a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas.

b. Resultado das aplicações compulsórias

	Banese Múltiplo e Consolidado		
	2021	2021	2020
Receita sobre créditos vinculados ao SFH (FCVS)	3.572	7.550	59.882
Atualização monetária e juros sobre recolhimentos compulsórios	6.406	9.806	7.555
Provisão sobre créditos vinculados ao SFH (FCVS)	(1.467)	(3.245)	(29.220)
Total	8.511	14.111	38.217

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a. Composição por tipo de operação

	Banese Múltiplo	
	31.12.2021	31.12.2020
Adiantamentos a depositantes	368	438
Empréstimos	2.358.080	1.913.803
Títulos Descontados	829	-
Financiamentos	94.475	89.437
Financiamentos rurais e agroindustriais	174.854	128.325
Financiamentos imobiliários	437.851	411.079
Subtotal de Operações de Crédito	3.066.457	2.543.082
Outros títulos com característica de concessão de crédito (Nota 9)	269.383	255.184
Total Geral	3.335.840	2.798.266
Ativo circulante	1.119.884	951.708
Ativo realizável a longo prazo	2.215.956	1.846.558

	Banese Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Adiantamentos a depositantes	368	438
Empréstimos	2.358.080	1.913.803
Títulos Descontados	829	-
Financiamentos	94.475	89.437
Financiamentos rurais e agroindustriais	174.854	128.325
Financiamentos imobiliários	437.851	411.079
Subtotal de Operações de Crédito	3.066.457	2.543.082
Outros títulos com característica de concessão de crédito (Nota 9)	269.383	255.184
Valores a receber por transações de pagamento (Nota 9)	395.860	301.574
Total Geral	3.731.700	3.099.840
Ativo circulante	1.515.744	1.253.282
Ativo realizável a longo prazo	2.215.956	1.846.558

b. Composição por nível de risco e prazo de vencimentos

Parcelas Vincendas	Banese Múltiplo – 31.12.2021									
	Operações em Curso Normal									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL
01 a 30 dias	32.591	14.015	14.911	3.837	601	295	181	63	268	66.762
31 a 60 dias	33.597	371.554	24.006	3.934	1.604	470	354	128	392	436.039
61 a 90 dias	15.692	9.650	10.920	3.721	465	151	93	34	234	40.960
91 a 180 dias	90.321	26.778	45.408	14.542	2.369	643	349	126	634	181.170
181 a 360 dias	125.097	57.625	67.826	20.074	5.883	2.454	1.107	227	1.501	281.794
Acima de 360 dias	1.072.039	616.498	225.664	108.928	30.187	8.179	13.613	1.626	9.762	2.086.496
Parcelas Vincendas										
Até 14 dias	2.494	2.776	1.321	557	108	92	71	66	142	7.627
Subtotal Normal	1.371.831	1.098.896	390.056	155.593	41.217	12.284	15.768	2.270	12.933	3.100.848

Parcelas Vincendas	Banese Consolidado									
	Operações em Curso Anormal (1)									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL
01 a 30 dias	-	-	2.022	923	408	294	820	255	1.506	6.228
31 a 60 dias	-	-	4.155	2.919	2.125	2.028	2.291	1.718	11.725	26.961
61 a 90 dias	-	-	1.039	620	353	253	294	232	1130	3.921
91 a 180 dias	-	-	3.711	2.609	1.246	816	1.068	722	2.576	12.748
181 a 360 dias	-	-	6.999	4.154	2.391	1.555	2.636	1.436	5.293	24.464
Acima de 360 dias	-	-	56.040	21.920	8.475	5.429	11.387	4.248	21.955	129.454
Parcelas Vincendas										
01 a 14 dias	-	-	605	495	349	174	368	172	990	3.153
15 a 30 dias	-	-	2.480	849	331	237	539	198	678	5.312
31 a 60 dias	-	-	525	1.600	749	473	461	334	1.871	6.013
61 a 90 dias	-	-	2	227	660	370	398	314	1.212	3.183
91 a 180 dias	-	-	95	119	1.284	1.060	1.206	3.641	7.405	17.405
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	39	76	66	5.079	5.260
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	890	890
Subtotal Anormal	-	-	77.578	36.411	17.206	12.952	21.398	10.901	58.546	234.992
Total – 31.12.2021	1.371.831	1.098.896	467.634	192.004	58.423	25.236	37.166	13.171	71.479	3.335.840

(1) Carteira em Curso Anormal é composta por operações de crédito que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias, as demais operações são consideradas de Curso Normal.

	Banese Consolidado – 31.12.2021									
	Operações em Curso Normal									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL
01 a 30 dias	32.591	317.379	42.140	3.837	601	295	181	63	268	397.355
31 a 60 dias	33.597	371.554	24.006	3.934	1.604	470	354	128	392	436.039
61 a 90 dias	15.692	9.650	10.920	3.721	465	151	93	34	234	40.960
91 a 180 dias	90.321	26.778	45.408	14.542	2.369	643	349	126	634	181.170
181 a 360 dias	125.097	57.625	67.826	20.074	5.883	2.454	1.107	227	1.501	281.794
Acima de 360 dias	1.072.039	616.498	225.664	108.928	30.187	8.179	13.613	1.626	9.762	2.086.496
Parcelas Vincendas										
Até 14 dias	2.494	6.928	1.321	557	108	92	71	66	142	11.779
Subtotal Normal	1.371.831	1.406.412	417.285	155.593	41.217	12.284	15.768	2.270	12.933	3.435.593

Parcelas Vincendas	Operações em Curso Anormal (1)									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL
01 a 30 dias	-	-	4.531	923	408	294	820	255	1.506	8.737
31 a 60 dias	-	-	4.155	2.919	2.125	2.028	2.291	1.718	11.725	26.961
61 a 90 dias	-	-	1.039	620	353	253	294	232	1130	3.921
91 a 180 dias	-	-	3.711	2.609	1.246	816	1.068	722	2.576	12.748
181 a 360 dias	-	-	6.999	4.154	2.391	1.555	2.636	1.436	5.657	24.828
Acima de 360 dias	-	-	56.040	21.920	8.475	5.429	11.387	4.248	21.955	129.454
Parcelas Vincendas										
01 a 14 dias	-	-	605	495	349	174	368	172		

Relatório de Desempenho 2021



13. INTANGÍVEL

a. Composição dos saldos

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Outros ativos intangíveis (1)	75.250	68.849	88.975	74.321
Amortização acumulada	(59.597)	(55.591)	(63.493)	(59.040)
Total	15.653	13.258	25.482	15.281

(1) São compostos por softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas. São amortizados pelo prazo estimado de benefício econômico à taxa de 20% a.a.

b. Demonstração do custo de aquisição

	Banese Múltiplo				Taxa anual
	31.12.2020	Aplicação	Amortização	Valor residual 31.12.2021	
Intangível:					
Custo com implantação e desenvolvimentos de sistema	13.258	6.400	(4.005)	15.653	20%
Total	13.258	6.400	(4.005)	15.653	

Banese Consolidado

	Banese Consolidado				Taxa anual
	31.12.2020	Aplicação	Amortização	Valor residual 31.12.2021	
Intangível:					
Custo com implantação e desenvolvimentos de sistema	15.281	14.612	(4.411)	25.482	20%
Total	15.281	14.612	(4.411)	25.482	

14. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Composição por modalidade

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Depósitos à vista (Nota 14b)	1.158.353	1.046.963	1.142.761	1.036.185
Depósitos pessoas físicas	468.602	447.549	468.602	447.549
Depósitos pessoas jurídicas	392.832	442.443	377.240	431.665
Depósitos de governos	259.016	143.237	259.016	143.237
Depósitos vinculados	16.657	8.874	16.657	8.874
Depósitos de instituições do sistema financeiro	12.367	4.860	12.367	4.860
Contas encerradas	8.879	-	8.879	-
Depósitos de poupança (Nota 14b)	1.937.941	1.879.392	1.937.941	1.879.392
Depósitos de poupança livres - Pessoas físicas	1.842.387	1.794.742	1.842.387	1.794.742
Depósitos de poupança livres - Pessoas jurídicas	82.426	84.084	82.426	84.084
Depósitos de poupança de ligadas	514	566	514	566
Contas encerradas	12.614	-	12.614	-
Depósitos interfinanceiros (Nota 14b)	152.007	139.906	152.007	139.906
Depósitos judiciais (Nota 14b)	1.287.274	1.088.545	1.287.274	1.088.545
Depósitos a prazo (Nota 14b)	1.568.263	1.463.781	1.559.724	1.326.203
Depósitos especiais com remuneração (Nota 14b)	484	240	484	240
Outros depósitos (Nota 14b)	-	-	2.354	1.971
Captações no mercado aberto	12.954	7.814	4.177	7.814
Recursos de aceites e emissão de títulos	60.733	82.573	60.733	82.573
Letras financeiras (Nota 14 a.1)	31.211	49.178	31.211	49.178
Letras de crédito imobiliário	29.522	33.395	29.522	33.395
Obrigações por repasses do país - BNDES (Nota 14c)	10.822	12.488	10.822	12.488
Obrigações por repasses do país - FINAME (Nota 14c)	797	1.239	797	1.239
Obrigações por repasses do país - BNB (Nota 14c)	99.404	90.083	99.404	90.083
Obrigações por repasses do país - FUNGETUR (Nota 14c)	33.527	26.639	33.527	26.639
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1.577	2.159	6.695	4.839
Total	6.324.136	5.841.822	6.298.700	5.698.117
Passivo circulante	4.775.622	4.379.809	4.758.963	4.373.682
Passivo exigível a longo prazo	1.548.514	1.462.013	1.539.737	1.324.435

a.1) Letras Financeiras

Papel	Banese Múltiplo e Consolidado			
	Valor de Emissão	Valor Atual em	Data de Emissão	Data de Vencimento
	31.12.2021	31.12.2020		
Letra Financeira	20.850	-	10.01.2019	11.01.2021
Letra Financeira	17.000	-	19.06.2019	21.06.2021
Letra Financeira	11.000	11.621	22.06.2020	22.06.2022
Letra Financeira	19.000	19.590	-	11.01.2021
Total	67.850	31.211	49.178	

b. Composição de depósitos por prazos

	Banese Múltiplo e Consolidado					
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31.12.2021	31.12.2020
Depósitos à vista	1.158.353	-	-	-	1.158.353	1.046.963
Depósitos de poupança	1.937.941	-	-	-	1.937.941	1.879.392
Depósitos interfinanceiros	-	71.533	80.474	-	152.007	139.906
Depósitos judiciais	1.287.274	-	-	-	1.287.274	1.088.545
Depósitos a prazo (1)	-	55.278	85.426	1.427.559	1.568.263	1.463.781
Depósitos especiais com remuneração	-	484	-	-	484	240
Total	4.383.568	127.295	165.900	1.427.559	6.104.322	5.618.827

(1) Considera os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

Banese Consolidado

	Banese Consolidado					
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31.12.2021	31.12.2020
Depósitos à vista	1.142.761	-	-	-	1.142.761	1.036.185
Depósitos de poupança	1.937.941	-	-	-	1.937.941	1.879.392
Depósitos interfinanceiros	-	71.533	80.474	-	152.007	139.906
Depósitos judiciais	1.287.274	-	-	-	1.287.274	1.088.545
Depósitos a prazo (1)	-	46.739	85.426	1.427.559	1.559.724	1.326.203
Depósitos especiais com remuneração	-	484	-	-	484	240
Outros depósitos	2.354	-	-	-	2.354	1.971
Total	4.370.330	118.756	165.900	1.427.559	6.082.545	5.472.442

(1) Considera os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

c. Composição de obrigações por repasses por prazos

	Banese Múltiplo e Consolidado					
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31.12.2021	31.12.2020	
BNDES	641	2.284	7.897	10.822	12.488	
FINAME	7	375	415	797	1.239	
BNB	2.375	17.709	79.320	99.404	90.083	
FUNGETUR	33.527	-	-	33.527	26.639	
Total	36.550	20.368	87.632	144.550	130.449	

As captações em depósitos a prazo são realizadas com clientes da instituição, predominantemente na modalidade de encargos pós fixados, tendo uma operação na modalidade pré-fixada, correspondente a menos 0,01% da carteira.

A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 95,12% (94,68% - 31.12.2020) da variação do CDI e os pré-fixados 96,66% - 4,25% acumulada até dezembro/2021 (102,55% - 2,84% acumulada até dezembro/2020).

As captações através de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100,00% da variação do CDI. Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNB, BNDES e Ministério do Turismo/FUNGETUR). Essas obrigações têm vencimentos mensais, trimestrais, semestrais ou anuais até dezembro de 2031. Os encargos financeiros para as operações não-rurais pós-fixadas com recursos oriundos do BNB até 31.12.2021 variam de IPCA + 1,2178 % a.a. e IPCA + 5,9535% a.a. (31.12.2020 IPCA + 0,6937% a.a. e IPCA + 2,9792% a.a.), já o encargo financeiro anual para as operações rurais de investimento pré-fixadas com recursos oriundos do BNB até 31.12.2021 foi de 5,75 % a.a. (31.12.2020 foi de 4,49% a.a.). Os encargos financeiros para as operações com recursos oriundos do BNDES (FINAME/ Automático/ PROGEREN) até 31.12.2021 é uma composição de encargos pós-fixados TLP + 3,95% a TLP + 4,15% a.a. (31.12.2020 - (TJLP ou Selic) + 7,5% a 13,5% a.a.). O encargo financeiro anual para as operações pós-fixadas com recursos oriundos do Ministério do Turismo/FUNGETUR até 31.12.2021 foi de SELIC + 5,0% a.a. (31.12.2020 - INPC + 5,0% a.a.) para todas as finalidades disponíveis para contratação com esta fonte de recurso.

d. Despesas de captação

	Banese Múltiplo			Banese Consolidado		
	2º Semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020	2º Semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Depósitos judiciais	(25.826)	(36.388)	(22.285)	(25.826)	(36.388)	(22.285)
Depósitos de poupança	(39.535)	(59.943)	(39.895)	(39.535)	(59.943)	(39.895)
Depósitos a prazo	(49.745)	(69.912)	(37.708)	(48.767)	(67.565)	(35.728)
Operações compromissadas - carteira própria e de terceiros	(349)	(500)	(184)	(274)	(339)	(184)
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(2.864)	(5.645)	(4.818)	(2.864)	(5.645)	(4.818)
Letras financeiras subordinadas - LFS	(9.871)	(18.179)	(11.988)	(9.871)	(18.179)	(11.988)
Letras financeiras - LF	(974)	(1.578)	(1.400)	(974)	(1.578)	(1.400)
Letras de crédito imobiliária - LCI	(868)	(1.270)	(985)	(868)	(1.270)	(985)
Depósitos interfinanceiros	(4.576)	(6.468)	(3.685)	(4.576)	(6.468)	(3.685)
Depósitos especiais com remuneração	(12)	(19)	(13)	(12)	(19)	(13)
Despesas com captações no mercado	(134.620)	(199.902)	(122.961)	(133.567)	(197.394)	(120.981)
Despesas de repasses BNDES	(1.722)	(2.504)	(106)	(1.722)	(2.504)	(106)
Despesas de repasses FINAME	(20)	(40)	(62)	(20)	(40)	(62)
Despesas de repasses BNB	(5.425)	(9.400)	(5.885)	(5.425)	(9.400)	(5.885)
Despesas de repasses FUNGETUR	-	-	(163)	-	-	(163)
Despesas com empréstimos e repasses	(7.167)	(11.944)	(6.216)	(7.167)	(11.944)	(6.216)
Total das despesas de captação	(141.787)	(211.846)	(129.177)	(140.734)	(209.338)	(127.197)

15. OUTROS PASSIVOS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	2.607	498	2.948	660
Outros tributos e assemelhados	2.607	498	2.948	660
Sociais e estatutárias - Dividendos e bonificações a pagar	16.182	13.369	17.457	16.547
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	-	16.337	-	16.337
Impostos e contribuições a recolher	11.043	15.251	14.510	18.505
Provisão para impostos e contribuições diferidos (1)	4.318	-	4.318	-
Dívidas subordinadas (Nota 15 a)	126.105	108.414	126.105	108.414
Recursos em Trânsito de Terceiros	298	262	298	262
Diversas	114.031	175.981	553.952	665.175
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	28	49	28	49
Provisão para pagamentos - Despesas de pessoal	52.232	75.683	56.192	78.927
Provisão para pagamentos - Fornecedores	22.568	18.580	25.953	21.693
Passivo Atuarial (Nota 25)	2.931	43.549	2.931	43.549
Credores diversos - País	11.263	13.635	26.781	22.638
Recursos do FGCs para Amortizações	197	277	197	277
Credores por recursos a liberar	6.514	7.212	6.514	7.212
Obrigações por convênios oficiais	1.306	1.655	1.306	1.655
Outros valores	16.992	15.341	16.992	15.341
Obrigações por transações de pagamentos	-	-	417.058	473.834
Total	274.584	330.112	719.588	825.900
Passivo circulante	144.160	221.649	588.575	716.490
Passivo exigível a longo prazo	130.424	108.463	131.013	109.410

(1) Impostos e contribuições diferidos sobre resultado positivo de Outros Resultados Abrangentes-ORA do cálculo atuarial.

a. Dívidas Subordinadas

As captações efetuadas mediante emissão de títulos de dívida subordinada, observadas as condições determinadas pela Resolução CMN nº 4.192/2013, são as seguintes:

Papel	Banese Múltiplo e Consolidado			
	Valor de Emissão	Valor Atual em	Data de Emissão	Data de Vencimento
	31.12.2021	31.12.2020		
Letras Financeiras Subordinadas	46.997	-	92.809	24.07.2015
Letras Financeiras Subordinadas	15.445	15.993	15.605	30.07.2015
Letras Financeiras Subordinadas	98.420	110.112	-	16.04.2021
Total	160.862	126.105	108.414	

16. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a. Contingências ativas

O Banese possui registrado contingências ativas transitadas em julgado pelo Supremo Tribunal Federal, assim como possui, neste momento, processo judicial que gera expectativa de ganhos futuros e estão sob análise de peritos para conclusão dos montantes envolvidos a receber, conforme Nota 9.2.

b. Contingências passivas

O Banese e sua controlada figuram como réus em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Relatório de Desempenho 2021

BANESE.COM.BR



- Oportunidades profissionais aos colaboradores, inclusive quanto à qualificação técnica, garantia da liberdade de expressão, combate a práticas discriminatórias e ações de combate ao assédio moral;
- O combate ao trabalho infantil, escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes;
- A qualificação dos colaboradores acerca da Responsabilidade Socioambiental tanto no ambiente externo quanto interno;
- A análise dos fornecedores quanto à conduta ética, social e ambiental, repudiando práticas em desconformidade com as imposições legais;
- A inclusão em seus contratos de cláusulas que preveem o cumprimento de práticas socioambientais em conformidade com a legislação vigente;
- Mantendo o compromisso com o desenvolvimento do Estado através de ações que promovam o desenvolvimento socioambiental da região;
- A análise e desenvolvimento de serviços e produtos que estimulem as práticas socioambientais;
- O apoio a projetos desenvolvidos por entidades que promovam o desenvolvimento social e cultural do Estado;
- A promoção de ações educativas para incentivar práticas de consumo sustentável no ambiente de trabalho, incentivando o consumo consciente de energia e recursos naturais;
- O desenvolvimento de projetos que favoreçam a destinação adequada de recursos sólidos, objetivando a redução de impactos ao meio ambiente;
- A implementação de equipamentos mais eficientes que promovam a redução de energia;
- A aplicação de conceitos de ecoeficiência nas obras e serviços de engenharia realizadas pelo Banco, atendendo a critérios socioambientais;
- O apoio a mecanismos de mercado, políticas públicas e iniciativas que promovam melhorias contínuas para a sociedade e mitiguem desafios sociais e ambientais;
- O incentivo a projetos e investimentos a clientes que promovam o desenvolvimento socioambiental;
- O incentivo a educação financeira e consumo do crédito consciente perante a sociedade;
- O estímulo dos clientes ao envolvimento com a sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

24. REMUNERAÇÃO PAGA A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Os valores máximos, médios e mínimos da remuneração mensal paga pelo Banco aos seus empregados e administradores são os seguintes em R\$ 1,00:

Remuneração Bruta	Empregados (1) R\$	Administradores (2) R\$
Máxima	26.658,89	37.765,29
Média	8.015,36	35.106,00
Mínima	2.705,22	34.129,04

(1) Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.
(2) Inclui honorários, verba de representação e direitos individuais atribuídos a empregados.

Em 31 de dezembro de 2021, o número de empregados do Banco do Estado de Sergipe totalizava 799 (965 – 31.12.2020), registrando-se, no período, um decréscimo de 17,20% no quadro de pessoal do Banco, decorrente principalmente dos desligamentos do Programa de Incentivo à Aposentadoria.

O Banco custeia plano de Benefício Sergus Saldado (PBSS) e de Contribuição Definida (CD) e patrocina o plano de assistência à saúde para seus empregados. O valor acumulado até 31 de dezembro de 2021 e 2020 das contribuições está demonstrada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Plano de Previdência Complementar	5.548	5.081
Plano de Assistência à Saúde	3.649	5.664

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em atendimento aos requerimentos dispostos na Deliberação CVM nº 695/2012 e Resolução CMN nº 4.877/2020, que aprovaram o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o Banco contabilizou os seus benefícios a empregados reconhecendo as suas obrigações atuariais.

Para fins de atendimento à supracitada Deliberação, os valores calculados por atuário externo, na data-base de 31 de dezembro de 2021, conforme relatório técnico de 18 de janeiro de 2022, apresentou déficit atuarial de responsabilidade da patrocinadora no montante de R\$ 2.931.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência e/ou de mudanças nas premissas atuariais são registradas, como ativos ou passivos, tendo como contrapartida o patrimônio líquido. Como houve ganho atuarial, o efeito acumulado da aplicação dessa norma no Banese impactou positivamente o patrimônio líquido no valor de R\$ 5.278 em 31.12.2021, líquido de provisões com impostos e contribuições diferidos no montante de R\$ 4.318.

Em 30/06/2021 o Banco passou a reconhecer, em suas demonstrações financeiras, a obrigação de passivo atuarial de acordo com a paridade e proporção contributivas, na ordem de 39,25% sobre o valor presente da obrigação atuarial não coberta pelo valor justo dos ativos do plano. Tal fato foi resultado de estudos aprofundados realizados pela Administração do Banco que trouxeram, durante o primeiro semestre de 2021, informações adicionais sobre a ótica de segurança jurídica e sobre casos de equacionamentos de déficits, onde ficou claro que a paridade contributiva sobre as contribuições extraordinárias do patrocinador, dos participantes e assistidos em planos de equacionamento de déficits tem sido sempre observada no contexto da Lei Complementar nº 108/2001.

O impacto decorrente da aplicação do compartilhamento de riscos foi reconhecido prospectivamente nas demonstrações financeiras, tendo sido tratado como uma “mudança de estimativa”, de acordo com o “CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro”, dado que novas informações e práticas sobre o tema para a conclusão do estudo, alinhadas aos dispositivos das Leis Complementares nº 108 e 109/2001, foram obtidas no primeiro semestre de 2021.

Características do plano de previdência dos empregados do Banco do Estado de Sergipe
O Banco é patrocinador do Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS, constituído em 13.06.1980, entidade fechada de previdência complementar, dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária, custeada por contribuições dos participantes ativos, participantes assistidos e de patrocinadoras, abrangendo os seguintes benefícios: suplementação de aposentadoria por invalidez, idade, por tempo de contribuição e especial, suplementação de benefício diferido por desligamento, pecúlio por morte, auxílio doença, auxílio reclusão, suplementação de pensão e abono anual.

A Política Previdenciária executada pelo Instituto Banese de Seguridade Social tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001 e demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Economia, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, o Estatuto Social da Entidade Gestora e os respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios. Os Planos de Benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar do Banese se fundamentam nos seus respectivos regulamentos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e da Patrocinadora, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial.

Descrição geral das características do plano previdenciário de benefício definido saldado
O Banese mantém um plano previdenciário para os seus empregados e ex-empregados (aposentados e pensionistas), administrado pelo Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS, cujo objetivo é assegurar aos participantes, pensionistas e dependentes benefícios suplementares ou semelhantes aos da Previdência Social. O processo de Saldamento Universal do Plano SERGUS BD foi aprovado em 07.11.2018 pela PREVIC por meio do Parecer nº 656/2018 publicado no DOU em 09.11.2018, em que, a partir do mês dezembro/2018, houve o fechamento do Plano para novas adesões e a suspensão da cobrança das contribuições normais. Com a aprovação desse processo o plano passou a ser denominado Plano de Benefícios SERGUS Saldado – PBSS. O Saldamento do Plano SERGUS BD não criou novos compromissos previdenciários para a Entidade. Pelo contrário, a operação proposta visou à mitigação de determinados riscos que poderiam, de uma forma ou outra, afetar futuramente o equilíbrio econômico e financeiro do plano de benefícios, dos quais destaca-se à premissa de crescimento real dos salários, que não mais afeta os compromissos previdenciários do Plano Saldado, já que os benefícios são definidos em valor constante e atualizados anualmente pela variação do INPC.

Plano de Custeio

O valor das contribuições normais necessários às coberturas dos custos dos planos de benefícios e a constituição de reservas com a finalidade de prover o pagamento dos benefícios dos planos de benefícios, foram calculadas de acordo com a metodologia definida na nota técnica atuarial realizada por empresa especializada, respeitando-se o regime financeiro e o método de financiamento adotado. Sua definição contemplou o fluxo de contribuições de participantes (ativos e assistidos) e patrocinadores. Para o Plano de Benefício Definido Saldado o custeio administrativo foi definido como um percentual sobre o benefício saldado. Para o Plano de Contribuição Definida o custeio previdenciário foi definido como um percentual sobre o salário de contribuição. Todas as informações pertinentes ao tema estão acessíveis na página da internet do SERGUS, <https://portalsergus.banese.com.br/>

Gerenciamento de riscos

Liquidez: A definição de Risco de Liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, num horizonte de tempo definido e, também, na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado. O SERGUS estabelece limites operacionais para o Risco de Liquidez con-

sistente com as futuras obrigações da Entidade, para os instrumentos financeiros e demais exposições, cujos cumprimentos dos parâmetros de grandeza são analisados regularmente por comitês e submetidos a instâncias diretivas, visando garantir sua operacionalidade de maneira eficaz pelos gestores.

Operacional: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A metodologia de gestão do Risco Operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o SERGUS está exposto. O objetivo do seu gerenciamento é obter controle sobre os riscos, buscando minimizá-los para proteger a Entidade e, conseqüentemente, salvaguardar o patrimônio e os interesses dos participantes e das patrocinadoras.

Mercado: O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Entidade. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações. O SERGUS está exposto aos riscos de mercado decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de seus instrumentos financeiros.

Crédito: O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Atuarial: O risco atuarial está relacionado à possibilidade de os fluxos de caixa futuros não serem suficientes para assegurar a cobertura das obrigações atuariais do plano, logo o risco é decorrente da adoção de metodologias inadequadas, ou de premissas atuariais agressivas e pouco aderentes à massa de participantes. As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial são: (i) Premissas demográficas, relacionadas aos eventos de vida, morte e invalidez a que os participantes estão expostos; (ii) Premissas econômicas, relacionadas à inflação e à taxa de juros que impactam os recursos garantidores; e (iii) Premissas administrativas, relacionadas ao custo de administração do plano.

Gestão de Investimentos

A Gestão dos investimentos do SERGUS possui como foco principal a preservação de capital, mínima exposição à ativos de risco, diversificação e busca sempre ativos com taxas esperadas de retorno que façam frente à sua meta de rentabilidade. Atualmente, a Entidade possui uma estratégia de risco de suas aplicações financeiras que é mista, ou seja, parte dos recursos, 71,30% encontra-se sob a gestão da carteira própria e 28,70% sob uma gestão terceirizada. No entanto, o SERGUS sempre acompanha, monitora e controla, de maneira contínua, todos os recursos obtidos pela gestão terceirizada de maneira integral.

Nesse sentido, o direcional segue apontado no estudo de ALM, que possui como principal objetivo obter uma carteira ótima de ativos que forneça: (i) O cumprimento dos objetivos atuariais; (ii) Liquidez adequada à carteira; e (iii) Geração de resultados compatíveis em termos de risco e retorno.

Premissas atuariais

Premissas Biométricas:

Tábua de mortalidade geral de válidos: BREMSb-2015 (por sexo) suavizada em 10% (dez por cento); tábua de mortalidade de inválidos: AT-83 IAM (por sexo); tábua de entrada em invalidez – TASA 1927; tábua de rotatividade – nula.

Premissas Econômicas:

Taxa de desconto de longo prazo da obrigação atuarial: 5,4850% a.a.; taxa de inflação futura 3,00% a.a.; índice de aumento salarial real estimado: não aplicável; taxa de crescimento real dos benefícios: 0% a.a.; fator de determinação do valor real dos salários e dos benefícios da Entidade: 98,66%; índice de reajuste do plano: INPC/IBGE.

Os resultados da avaliação atuarial, conforme CPC 33 (R1) são demonstrados a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Valor presente das obrigações	921.122	1.039.666
Valor justo dos ativos do plano	(913.654)	(996.117)
Déficit Atuarial	7.468	43.549
Passivo atuarial de responsabilidade da patrocinadora	2.931	17.093

O perfil de vencimento da obrigação atuarial de benefício definido está demonstrado a seguir:

	Até 1 Ano	Entre 1 e 2 Anos	Entre 2 e 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total
Plano PBSS	65.591	67.563	202.807	1.694.493	2.030.454

As movimentações do saldo do Passivo atuarial são as seguintes:

	31.12.2021	31.12.2020
Passivo atuarial líquido anterior	43.549	65.784
Despesa do exercício	3.235	5.013
Contribuições pagas	-	(42)
Perda/(Ganho) atuarial reconhecido imediatamente em Outros Resultados Abrangentes	(39.316)	(27.206)
Passivo atuarial líquido integral	7.468	43.549
Passivo atuarial líquido de responsabilidade da patrocinadora	2.931	17.093

A reconciliação do valor da obrigação atuarial é demonstrada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro do exercício anterior	1.039.666	1.049.668
Custo dos juros	77.220	79.985
Benefícios pagos pelo fundo	(41.697)	(33.179)
Ganhos atuariais sobre a obrigação atuarial	(154.067)	(56.808)
(Ganhos)/perdas atuariais decorrentes de mudança de premissa econômica	58.785	(46.669)
Ganhos atuariais em decorrência da experiência	(212.852)	(10.139)
Valor presente da obrigação	921.122	1.039.666

A reconciliação do valor justo dos ativos do plano é demonstrada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro do exercício anterior	996.117	983.884
Rendimento esperado do valor justo dos ativos do plano	73.985	74.972
Contribuições recebidas pelo fundo	-	43
Benefícios pagos pelo fundo	(41.697)	(33.179)
Perdas atuariais sobre o valor justo dos ativos	(114.751)	(29.603)
Valor justo dos ativos do plano	913.654	996.117

O detalhamento das despesas é demonstrado a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Juros sobre a obrigação atuarial	77.220	79.985
Rendimento dos ativos do plano	(73.985)	(74.972)
Despesa líquida do período	3.235	5.013

As categorias do valor justo dos ativos do plano estão demonstradas a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Títulos de renda fixa	90%	85%
Títulos de renda variável	6%	12%
Imóveis	3%	2%
Empréstimos	1%	1%

O montante das contribuições do Banese no período totalizou R\$ 5.548 (R\$ 5.081 – 31.12.2020), correspondentes, principalmente, ao plano CD, e foi imputado às despesas operacionais. O demonstrativo da análise de sensibilidade por alteração da taxa de juros é demonstrado a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Valor presente da obrigação em 30.06.2021	921.122	825.295
Taxa de Juros de 5,4850%a.a.	825.295	752.232
Taxa de Juros de 6,4850%a.a.	825.295	825.295
Taxa de Juros de 4,4850%a.a.	825.295	825.295
Valor presente da obrigação em 30.06.2021	921.122	1.037.891

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro Líquido do Período	83.739	48.903
Passivo Atuarial	24.463	56.896
Crédito Tributário sobre Passivo Atuarial	(11.008)	(25.603)
Total do Resultado Abrangente	97.194	80.196

a) Planos de assistência à saúde e odontológico

O Banco patrocina o Plano de Assistência à Saúde e o Plano Odontológico, obedecendo a relação contributiva de 1 por 1, os quais são destinados aos empregados ativos e dependentes, não assumindo nenhuma responsabilidade após a aposentadoria.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (BANCO)

a) Transações do Banese Múltiplo com controlador e com as controladas:

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/2020, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As transações do Banese Múltiplo com as controladas estão relacionadas a seguir:

Banese Múltiplo e Consolidado

	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)		
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
	Reapresentado			
Empresa consolidada				
Depósitos à vista				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços SA	(15.592)	(10.778)	-	-
Depósitos à prazo (1)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços SA	(8.538)	(137.578)	(2.509)	(1.980)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços SA	(8.777)	-	-	-
Outros créditos				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços SA	(70.990)	(45.948)	-	-
Estado de Sergipe	(17.630)	(17.630)	-	-
Outras obrigações (2)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços SA	-	(4.613)	-	-
Investimentos				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços SA	(116.703)	(116.247)	(5.277)	(11.603)
Outras despesas operacionais (2)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços SA	-	-	(15.562)	(13.399)
Outras receitas operacionais (3)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços SA	-	-	(7.923)	(6.800)
Controladores e pessoal chave da administração				
Depósitos à vista				
Controladores	(199.816)	(118.274)	-	-
Pessoal chave da administração	(104)	(33)	-	-
Depósitos a prazo				
Controladores	(552.125)	(327.110)	(5.785)	-
Pessoal chave da administração	(1.437)	(633)	(65)	(26)

(1) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das respectivas operações;

(2) Refere-se a receita de tarifa a qual é cobrada de acordo com o contrato mantido entre as partes.

(3) Refere-se a receita de desconto concedido na operação da cessão da carteira de cartão de crédito.

Os valores envolvendo o Banese e sua empresa controlada foram eliminados nas demonstrações consolidadas.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:

O Banco dispõe de um plano de remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/2010.

Este plano tem como principais objetivos: (i) alinhar a política de remuneração ao gerenciamento da gestão de risco; (ii) adequar a política de remuneração às melhores práticas de mercado; (iii) compatibilizar a política de remuneração com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; (iv) ser formulada de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição da instituição a riscos acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos.

A remuneração variável é calculada da seguinte forma:

- 49% (quarenta e nove por cento) serão pagos em espécie, a partir do semestre seguinte ao da apuração; e
- 51% (cinquenta e um por cento) apurado anualmente com base no 1º e 2º semestres, sendo esse valor diferido para pagamento em 03 (três) anos, escalonado em parcelas proporcionais, após deliberação de resultados pela Assembleia Geral Ordinária – AGO do exercício subsequente.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as remunerações do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de auditoria e da Diretoria Executiva do Banese Múltiplo estão representadas a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Benefícios de Curto Prazo		
Remuneração	3.909	4.183
Encargos Sociais	1.069	1.046
Benefícios Pós-emprego		
Plano de Previdência Complementar	145	131
Total	5.122	5.360

O Banese possui benefício de remuneração baseada na cotação de ações para seu pessoal-chave da Administração, em 31/12/2021, no montante de R\$ 163, entretanto não possui benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho.

c) Outras Informações sobre partes relacionadas

Conforme Resolução CMN nº 4.693, de 29 de outubro de 2018, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas, cumulativamente, as condições previstas no art. 6º e os limites previstos no art. 7º.

Considera-se parte relacionada:

- Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais, assim como seus companheiros, parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- As pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- As pessoas jurídicas:
 - Com participação qualificada em seu capital;
 - Em cujo capital, direta ou indiretamente, haja participação societária qualificada;
 - Nas quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária;
 - Que possuam diretor ou membro de conselho de administração em comum.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Garantias concedidas

O Banese concedeu garantias, por meio de fianças bancárias, cujo montante em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 2.500 (R\$ 9.821 – 31.12.2020).

b) Créditos cedidos

O Banese possui créditos cedidos com coobrigação (crédito rural), em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 76 (R\$ 87 – 31.12.2020).

c) Fundos de investimento

O Banese, atualmente, não possui nenhum fundo de investimento sendo negociado nas suas agências.

d) Resultado não recorrente

São resultados não recorrentes para o Banese, o resultado que não está ligado às atividades típicas da instituição e que não sejam previstos de ocorrer com periodicidade nos próximos exercícios.

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro Líquido	83.739	48.903
Eventos não recorrentes	(8.600)	(1.090)
Receita com Juros Passivo Atuarial	(9.583)	-
PEA – Programa de Estímulo à Aposentadoria	1.966	47.095
PEA – Efeito fiscal	(983)	(21.124)
FCVS – Atualização de contratos	-	(46.967)
FCVS – Provisão	-	29.116
FCVS – Efeito fiscal	-	(9.210)
Lucro Líquido Recorrente	75.139	47.813

Em observância ao CPC 23, o reconhecimento contábil da obrigação de passivo atuarial oriundo do CPC 33 (R1) observando a proporção contributiva foi enquadrado como aplicação prospectiva, conseqüentemente seus efeitos foram registrados na competência de 06/2021. Assim, a receita apresentada acima é resultante da diferença entre o valor integral (R\$ 15.774) e o valor pela proporção contributiva (R\$ 6.191) dos Juros Acumulados do Passivo Atuarial de 31.12.2020. No terceiro trimestre houve a reabertura do Programa de Estímulo à Aposentadoria – PEA com 12 novas adesões.

e) Covid-19

O Banese continua reforçando o estímulo à utilização dos canais digitais e a obrigatoriedade de observação aos protocolos sanitários durante o atendimento em suas unidades de negócio como forma de enfrentamento à Covid-19 e manutenção de cuidados com seus clientes e empregados. Os impactos da pandemia em relação ao modelo de negócio e perfil financeiro do Banese foram abaixo do esperado, principalmente nas métricas de qualidade de crédito e rentabilidade, o que manteve os resultados da Companhia positivos e acima das expectativas projetadas.

28. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

O Conselho de Administração do Banese aprovou a conclusão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 21 de fevereiro de 2022, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Helom Oliveira da Silva Presidente	Alessio de Oliveira Rezende Diretor de Finanças, Controles e Relações com Investidores
Luciano Cerqueira Passos Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia	Léa Selmara Almeida

Relatório de Desempenho 2021



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores do **Banco do Estado de Sergipe S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco do Estado de Sergipe S.A. ("Banco") identificadas como Banese Múltiplo e Banese Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco do Estado de Sergipe S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Retificação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3(u), certas informações correspondentes ao balanço patrimonial individual e consolidado, as demonstrações do resultado individual e consolidada, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, as demonstrações do fluxo de caixa individual e consolidada, as demonstrações do valor adicionado individual e consolidado e as notas explicativas, referente ao período anterior apresentados para fins de comparação, foram alteradas em relação àquelas anteriormente divulgadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa nº 3(u) e estão sendo representados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23, (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Planos de benefício pós emprego

O Banco possui passivos relevantes relacionados a plano de benefício pós emprego que, conforme mencionado na nota explicativa 25, compreendem benefícios de aposentadoria. Consideramos esse assunto como relevante em nossa auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: tabela de mortalidade geral, taxa de desconto e inflação.

Conforme descrito na nota explicativa 25, em 31 de dezembro de 2021, o saldo atuarial devido pelo patrocinador, referente ao plano de benefício pós-emprego do Banco, apresentou um déficit no montante de R\$ 2.931 mil.

Abordagem de auditoria:

Analisamos, com o suporte de nossos especialistas atuários, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela Administração na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós emprego, atentando para a acurácia matemática do cálculo e analisando a coerência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria, entre outros, os testes das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós emprego. Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco na nota explicativa 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para avaliação do passivo atuarial, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para apuração e reconhecimento do passivo atuarial são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Administração exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2021 os saldos brutos de operações de crédito são de R\$ 3.335.840 mil (individual) e de R\$ 3.731.700 mil (consolidado), para os quais foram constituídas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 128.626 mil (individual) e R\$ 180.279 mil (consolidado), respectivamente, sendo que durante o exercício de 2021 foi reconhecido, pelo Banco e sua controlada, despesa, em base líquida, com créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 71.910 mil (individual) e R\$ 122.000 (consolidado).

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) julgamento da Administração em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Abordagem de auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, abordaram entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; e (viii) a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Também realizamos, com base em uma amostra de operações de crédito, testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens selecionados, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos "ratings" atribuídos, confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações efetuadas na nota explicativa 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para apuração e registro contábil das operações de créditos e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

3. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco e sua controlada são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e

volume de transações, a estratégia de auditoria é baseada na eficácia do mesmo. O Banco considera que o sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de seus sistemas.

Abordagem de auditoria

Avaliamos, com o suporte de nossos especialistas em tecnologia, os controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria, dando ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acessos. Também realizamos procedimentos quanto à efetividade dos controles automáticos relevantes que suportam os processos considerados significativos para as demonstrações financeiras.

Nossos testes no desenho e operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022.

ERNST & YOUNG

Auditor Independente S.S.
CRC-25P034519/0-6

Renato Nantes
Contador CRC-1RJ115529/0-7

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD) foi instituído nos termos da Lei 13.303, de 2016 (Lei das Estatais) e da Resolução CMN nº 3.198, de 2004, sucedida pela Resolução CMN nº 4.910, de 2021. O COAUD é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto por três membros independentes, tem suas atribuições definidas também pela Lei 13.303/2016, pela Resolução CMN 4.910/2021, pelo Estatuto Social do Banese e por seu Regimento Interno.

O Comitê tem entre suas atribuições supervisionar, monitorar e avaliar as atividades de auditoria interna e externa, de qualidade e integridade dos mecanismos de controles interno, das demonstrações financeiras e informações divulgadas pelo Banco, além de avaliar e monitorar exposições ao risco do Conglomerado e acompanhar as práticas contábeis e de transparência das informações.

Atividades Desenvolvidas

No segundo semestre de 2021 o COAUD realizou 14 reuniões ordinárias e 2 extraordinárias, com a participação dos executivos do Banese, além de reuniões periódicas com os auditores independentes Ernst Young Auditores (EY), visando a uma melhor compreensão do negócio e a explanação dos resultados dos trabalhos realizados pelo Comitê.

O COAUD analisou e opinou sobre os seguintes temas:

- Acompanhamento da execução do Plano de Auditoria Interna – PAINT 2021, dos resultados das auditorias internas, dos critérios para a elaboração e a definição do escopo do PAINT 2022, bem como revisão do regimento da Auditoria Interna;
- Discussão do planejamento, do escopo e das principais conclusões obtidas na revisão das Demonstrações Financeiras do segundo e terceiro trimestres;
- Discussão do passivo atuarial com a administração do Banese e com os Auditores Independentes;
- Monitoramento da gestão dos riscos corporativos (Resolução CMN nº 4577), bem como da aderência dos indicadores de tolerância do apetite a riscos com a RAS (Declaração de Apetite a Riscos do Banese, da evolução mensal da ocorrência de fraudes em meios de pagamento operado pelo Banese (Resolução BCB nº 42) e da Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (Circular Bacen nº 3.978)
- Acompanhamento dos planos de ação para atendimento de demandas do Bacen de ordem regulatórias e de apontamentos, da Auditoria Independente e da Auditoria Interna;
- Acompanhamento do tratamento das denúncias recebidas no canal de denúncias do Banese, do Banco Central de outras organizações e órgãos;
- Avaliação do relatório semestral da Ouvidoria;
- Entendimento e acompanhamento das tratativas relacionadas com o incidente relativo ao vazamento de informações cadastrais do PIX; e
- Monitoramento do andamento dos trabalhos relacionados ao cumprimento da LGPD.

Analisado o parecer emitido pelos auditores independentes sem ressalvas e as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, e tendo presente as atribuições e as limitações inerentes ao alcance de sua atuação, o Comitê de Auditoria Estatutário do Banese recomenda ao Conselho de Administração sua aprovação.

Aracaju (SE), 21 de fevereiro de 2022

Corinto Lucca Arruda Coordenador	Luís Carlos Spaziani
-------------------------------------	----------------------

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado de Sergipe S.A. e, no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras que compreendem: o balanço patrimonial, a demonstração de resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração do valor adicionado, a demonstração do resultado abrangente e as notas explicativas, incluindo a proposta de destinação do resultado, documentos esses relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Com base em nossos exames e esclarecimentos prestados pela Administração no curso do respectivo exercício e nos relatórios dos auditores independentes e do comitê de auditoria, sem ressalvas, concluímos que as citadas demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes e em condições de serem submetidas para a aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Aracaju/SE, 21 de fevereiro de 2022

Eliana de Matos Conselheira	
Carlos Américo A. de Santana Conselheiro	José Morais Monteiro Conselheiro
Leonardo Peixoto Estevão Conselheiro	Leonardo Coelho Guerra Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, respaldado em seu artigo 25, § 1º, inciso V, o corpo diretivo do Banco do Estado de Sergipe S.A. declara que reviu, discutiu e concordou com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes emitidos pela Ernst & Young Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Helom Oliveira da Silva Presidente	
Ademário Alves de Jesus Diretor de Crédito e Serviços	Alessio de Oliveira Rezende Diretor de Finanças, Controles e Relações com Investidores
Léa Selmara Almeida de Matos Diretora Administrativa	Luciano Cerqueira Passos Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, respaldado em seu artigo 25, § 1º, inciso VI, o corpo diretivo do Banco do Estado de Sergipe S.A. declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Helom Oliveira da Silva Presidente	
Ademário Alves de Jesus Diretor de Crédito e Serviços	Alessio de Oliveira Rezende Diretor de Finanças, Controles e Relações com Investidores
Léa Selmara Almeida de Matos Diretora Administrativa	Luciano Cerqueira Passos Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

Belivaldo Chagas Silva Governador	Marco Antônio Queiroz Secretário de Estado da Fazenda
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Guilherme Maia Rebouças Presidente	Helom Oliveira da Silva Presidente
Silvana Maria Lisboa Lima Vice-Presidente	Ademário Alves de Jesus Diretor de Crédito e Serviços
Gilberto Magalhães Ochi Conselheiro	Alessio de Oliveira Rezende Diretor de Finanças, Controles e Relações com Investidores
Marcos Venícios Nascimento Conselheiro	Léa Selmara Almeida de Matos Diretora Administrativa
Tiago Curi Isaac Conselheiro	Luciano Cerqueira Passos Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia
Ana Cristina de Carvalho Prado Dias Conselheira	Luiz Alves dos Santos Filho Conselheiro representante dos empregados
	José Anderson Santos de Jesus Contador - CRC - SE - 4458/0